

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

THIAGO LEONEL PIERRONI

O LULISMO FRENTE A PROPOSTAS DE POLÍTICA ECONÔMICA

FLORIANÓPOLIS

2014

THIAGO LEONEL PIERRONI

O LULISMO FRENTE A PROPOSTAS DE POLÍTICAS ECONÔMICAS

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Marcelo Arend, Dr.

FLORIANÓPOLIS

2014

□

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 ao estudante Thiago Leonel Pierroni na disciplina CNM 5420 – Monografia pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. ° Dr. Marcelo Arend (orientador)

Prof. ° Dr. Guilherme Valle Moura

Dinorá Baldo de Faveri

FLORIANÓPOLIS

2014

RESUMO

O trabalho apresentado tem como propósito principal unir duas pontas que jamais deveriam ser separadas: a economia e a política. No campo da economia o texto apresenta um breve retrospecto dos governos brasileiros da década de 1990 (Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso) ao mesmo tempo em que se discute o surgimento do neoliberalismo enquanto ideologia da manutenção do Estado mínimo na economia no mundo e no Brasil. Ainda no campo da economia, apresentam-se as concepções de políticas econômicas do novo-desenvolvimentismo, a qual contou com expressiva contribuição de Bresser-Pereira, e do social-desenvolvimentismo, uma teoria de política econômica *ex-post* aos governos Lula e Dilma feitas por intelectuais vinculados à Escola de Campinas. Já no campo da política, o autor traz à tona o conceito de lulismo, o qual consiste em uma mudança do comportamento do eleitorado brasileiro (realinhamento eleitoral) em meados da primeira década do século XXI que se explica, em parte, pelas transformações econômicas que se deram no primeiro mandato do governo Lula. Por fim, busca-se estabelecer um diálogo entre as distintas propostas de política econômica com a possível manutenção do lulismo. Conclui-se que, dentre as propostas de política econômica apresentadas, o social-desenvolvimentismo é o que melhor atende aos interesses da perpetuação do realinhamento eleitoral propugnado pelo lulismo com a política de valorização do salário mínimo como mecanismo para elevar a produtividade da economia no longo prazo e, assim, poder conduzir a economia a um ciclo virtuoso de crescimento e desenvolvimento econômico.

Palavras-chaves: novo-desenvolvimentismo; lulismo; políticas econômicas; neoliberalismo; social-desenvolvimentismo.

ÍNDICE DE GRÁFICO

Gráfico 1. Média da Taxa Real Anual de Crescimento do PIB nos Países da OCDE.....	19
Gráfico 2: Taxa de inflação mensal de 1989 a 1990 (IGP-DI).....	26
Gráfico 3: Exportações x Importações (95-98)	35
Gráfico 4: Bolsa Família – famílias atendidas e valor dos benefícios.....	49
Gráfico 5: Evolução do salário Mínimo (1994=100).....	50
Gráfico 6: Crédito a pessoas físicas e jurídicas. saldo em final do período (% do pib)	52
Gráfico 7: Consumo das famílias (variação anual em %).....	53
Gráfico 8: Taxa de pobreza (% da população)	58
Gráfico 9: Evolução das Classes Econômicas.....	59
Gráfico 10: Evolução dos Termos de Troca (1994-2014)	61
Gráfico 11: Saldo da balança comercial 1994-2014 (us\$ bilhões).....	62
Gráfico 12: Evolução das Reservas Internacionais (us\$ bilhões).....	63
Gráfico 13: PIB percapita [eixo direito] e Índice de Gini [eixo esquerdo] – 1950-2002	66



ÍNDICE DE QUADRO

Quadro 1: Perfil do gasto público no governo Lula (em % do pib).....	64
Quadro 2: Proporção de salários no PIB, Brasil, 1995-2009.	66
Quadro 3: Comparação entre velho desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo	77
quadro 4: Comparação entre políticas econômicas.....	80
Quadro 5: Comparação das estratégias de crescimento	82
Quadro 6: Crescimento da renda média per capita nos países asiáticos dinâmicos e nos principais latino-americanos: 1990-2005	83
Quadro 7: Tendência da taxa de câmbio à sobrevalorização	86

ÍNDICE DE TABELA

Tabela 1: Intenção de voto por renda familiar no 1º turno de 2006	45
Tabela 2: Intenção de voto por renda familiar mensal no 2º turno de 2006.....	45
Tabela 3: Intenção de voto por renda familiar no 2º turno das eleições de 2002 e 2006 (em %)	46
Tabela 4: Intenção de voto por escolaridade nos segundos turnos de 2002 e 2006 (em %)	47
Tabela 5: Intenção de voto por renda familiar no segundo turno de 1989.....	54
Tabela 6: Concordância/discordância com o uso de tropas contra greves por renda familiar mensal, 1990.....	55
Tabela 7: Definição de classes econômicas segundo a renda domiciliar total(limites em R\$)	59
Tabela 8: Intenção de voto por renda familiar mensal no 1º turno de 2010.....	69
Tabela 9: Intenção de voto por renda familiar no 2º turno de 2010	70
Tabela 10: Votos válidos por região no 2º turno de 2010	70



ÍNDICE DE INFOGRÁFICO

Infográfico 1: Padrões espaciais da votação de Lula 2006 e 2002 - % votos por município (2º turno).....	47
---------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. TEMA E PROBLEMA	12
1.2. OBJETIVOS	13
1.2.1. OBJETIVO GERAL	13
1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
1.3. JUSTIFICATIVA	13
2. METODOLOGIA	14
2.1. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	14
2.1.1. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À ÁREA DE CONHECIMENTO	14
2.1.2. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À FINALIDADE	14
2.1.3. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA DE ACORDO COM SEUS OBJETIVOS GERAIS	14
2.1.4. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA DE ACORDO COM OS MÉTODOS ADOTADOS	15
2.2. ESTRUTURA DO TEXTO DA PARTE TEÓRICA	15
2.2.1. CAPÍTULO 3: NEOLIBERALISMO (GOVERNOS COLLOR A FHC);	15
2.2.2. CAPÍTULO 4: O LULISMO;	16
2.2.3. CAPÍTULO 5: O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO;	16
2.3. LIMITAÇÕES	16
3. NEOLIBERALISMO	18
3.1. ORIGENS DO NEOLIBERALISMO	18
3.2. A EMERGÊNCIA DE UM NOVO CONSENSO	21
3.2.1. A DECADÊNCIA DO MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES	21
3.2.2. O CONSENSO DE WASHINGTON	23
3.3. O NEOLIBERALISMO NOS GOVERNOS BRASILEIROS NA DÉCADA DE 90	25
3.3.1. GOVERNO COLLOR	25

3.1.1.1. Plano Brasil Novo (Plano Collor I)	27
3.1.1.2. Plano Collor II	28
3.1.1.3. A derrocada de Collor	29
3.1.2. ITAMAR FRANCO	29
3.1.3. PLANO REAL	30
3.1.3.1. Primeira Fase: Ajuste Fiscal	31
3.1.3.2. Segunda Fase: Reforma Monetária	32
3.1.3.3. Terceira fase: a criação do Real	33
3.1.4. GOVERNO FHC	34
3.1.4.1. Primeiro FHC (1994-1998)	34
3.1.4.2. O Segundo FHC: 1999 a 2002	35
4. LULISMO	38
4.1. DO PRIMEIRO GOVERNO CONSERVADOR AO ÊXITO DO FINAL DO SEGUNDO	38
4.2. A INFLEXÃO NO SEGUNDO MANDATO	40
4.3. REALINHAMENTO ELEITORAL	43
4.3.1. ELEIÇÕES DE 2006	44
4.3.2. AS BASES MATERIAIS DA ADESÃO DO SUBPROLETARIADO	48
4.3.2.1. Bolsa Família	48
4.3.2.2. Política de Valorização do Salário Mínimo	49
4.3.2.3. Crédito Consignado	51
4.4. O CONSERVADORISMO POPULAR	53
4.5. O NEW DEAL BRASILEIRO	56
4.5.1. COMBATE À POBREZA MONETÁRIA E “NOVA CLASSE MÉDIA”	57
4.6. O LULISMO E A DEPENDÊNCIA DAS <i>COMMODITIES</i>	61
4.7. LULISMO COMO REFORMISMO FRACO	65
4.7.1. A CRÍTICA AOS INSTRUMENTOS	65
4.7.2. AVANÇANDO COM PROGRAMAS DE CUNHO NEOLIBERAL	67
4.7.3. AVANÇO LENTO, SEM MUDAR A ESTRUTURA	67

4.8. SOCIAL DESENVOLVIMENTISMO	67
4.9. O PRIMEIRO TESTE DO LULISMO: ELEIÇÕES DE 2010	68
<u>5. O NOVO DESENVOLVIMENTISMO</u>	<u>72</u>
5.1. UFRJ	72
5.2. FGV	74
5.2.1. O ANTIGO E O NOVO DESENVOLVIMENTISMO	75
5.2.2. O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO E A ORTODOXIA CONVENCIONAL	78
5.2.2.1. Políticas macroeconômicas	80
5.2.2.2. Estratégias de crescimento	81
5.2.3. A TENDÊNCIA DA TAXA DE CÂMBIO À SOBREVALORIZAÇÃO	82
5.2.3.1. Doença holandesa	83
5.2.3.2. Ingresso de capital internacional	86
5.2.3.3. Populismo Cambial	87
<u>6. CONCLUSÃO</u>	<u>89</u>
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>93</u>

1. INTRODUÇÃO

1.1. TEMA E PROBLEMA

No Brasil houve importantes transformações sociais que se deram ao longo da primeira década do século XXI como, por exemplo, a emergência de uma “nova classe média”, a redução da pobreza monetária, a geração de milhões de vagas de emprego e o crescimento econômico atrelado à valorização substancial dos preços das *commodities* no mercado internacional, entre outros.

Voltado mais para a área de análise de ciências políticas, André Singer¹ publica um artigo acadêmico que ganha grande repercussão tanto no meio acadêmico como na imprensa: *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*. Em tal publicação, Singer (2009) propõe que teria havido um realinhamento eleitoral nas eleições de 2006, no qual, de um lado, uma parte dos setores de classe média teria se afastado da candidatura de Lula – em razão do escândalo do mensalão – de outro lado, teria havido uma adesão das camadas sociais mais pobres em massa, motivada por melhorias de renda devido à condução da política econômica no primeiro governo Lula, aliado a fatores externos.

Já do ponto de vista voltado às estratégias de desenvolvimento, na década de 2000 se intensificou o debate sobre o novo-desenvolvimentismo, segundo o qual consistiria em uma nova estratégia de desenvolvimento econômico tendo como bases teóricas o neoestruturalismo de origem cepalino e a abordagem pós-keynesiana. Para a escola paulista², por exemplo, a taxa de câmbio consiste na variável chave do desenvolvimento econômico para os países de renda média, na medida em que tal variável interfere em todas as outras variáveis macroeconômicas.

O problema consiste em saber que caminhos o Brasil pode trilhar. Por exemplo, a principal defesa do novo-desenvolvimentista, a desvalorização da taxa de câmbio, pode afetar os interesses de governantes que estão no poder porque elevaria o nível de inflação no curto

¹ André Singer tem formação de cientista político e ministra aulas no Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e é colunista do jornal diário Folha de S. Paulo. André também foi porta-voz da presidência da República durante o primeiro governo Lula (2003-2007) e é filho de um dos mais conhecidos economistas brasileiros, o Paul Singer.

² Para facilitar a compreensão do novo-desenvolvimentismo, resolveu-se dividir tal estratégia de desenvolvimento em duas escolas: a paulista e a carioca. Ver Capítulo 5.

prazo e também do eleitorado pelo mesmo motivo – assim, os governantes, segundo Bresser-Pereira (2009) praticariam o populismo cambial e intensificariam o processo de doença holandesa.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

Confrontar o lulismo com (i) as políticas econômicas dos governos brasileiros da década de 1990 e (ii) com a teoria do novo-desenvolvimentismo.

1.2.2. Objetivos Específicos

Apresentar um breve retrospecto dos anos que antecederam à chegada de Lula ao poder (1990-2002), relatar os principais aspectos do governo neoliberal que o antecedeu (Governos Collor e FHC).

Apresentar o conceito de lulismo, criado pelo cientista político Singer (2009).

Apresentar o conceito de novo-desenvolvimentismo.

1.3. JUSTIFICATIVA

A economia e a política são duas faces da mesma moeda. Neste sentido, o trabalho é motivado pela afinidade que o autor tem tanto por política quanto com economia. Além de poder estimular outros trabalhos que venham a ter esta abordagem interdisciplinar.

2. METODOLOGIA

2.1. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

2.1.1. Classificação quanto à área de conhecimento

De acordo com a área de conhecimento, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) classifica as pesquisas em sete grandes áreas: 1. Ciências Exatas e da Terra; 2. Ciências Biológicas; 3. Engenharias; 4. Ciências da Saúde; 5. Ciências Agrárias; 6. Ciências Sociais Aplicadas; e 7. Ciências Humanas (GIL, 2010)

Devido ao caráter interdisciplinar, duas áreas são abordadas:

6. Ciências Sociais Aplicadas;

7. Ciências Humanas.

2.1.2. Classificação quanto à finalidade

Segundo Gil (2010) há quatro categorias de classificação: a pesquisa básica pura; a pesquisa estratégica; a pesquisa aplicada e o desenvolvimento experimental.

Quanto à finalidade, o trabalho de conclusão de curso está classificado como pesquisa básica pura, pois é seu único propósito é promover a ampliação do conhecimento, sem qualquer preocupação com seus eventuais benefícios.

2.1.3. Classificação da pesquisa de acordo com seus objetivos gerais

Quanto à classificação da pesquisa de acordo com seus objetivos gerais, Gil (2010) propõe a classificação das pesquisas em:

- (i) Pesquisas exploratórias;
- (ii) Pesquisas descritivas;

(iii) Pesquisas explicativas.

Neste sistema de classificação, esta monografia está classificada como exploratória, devido à familiaridade com o problema proposto, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

2.1.4. Classificação da pesquisa de acordo com os métodos adotados

Quanto aos métodos adotados as pesquisas podem ser delineadas em:

1. Pesquisa bibliográfica; 2. Pesquisa documental; 3. Pesquisa experimental; 4. Ensaio clínico; 5. Estudo caso-controle; 6. Estudo de coorte; 7. Levantamento de campo; 8. Estudo de caso; 9. Pesquisa etnográfica; 10. Pesquisa fenomenológica; 11. Teoria fundamentada nas informações; 12. Pesquisa-ação e 13. Pesquisa participante (GIL, 2010).

De acordo com os métodos expostos, esta monografia está classificada em pesquisa bibliográfica a qual é

elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, [...] estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado na internet. (GIL, 2010, p. 29)

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo o uso de artigos publicados tanto em jornais quanto em periódicos científicos, monografia de conclusão de curso, livros e também vídeos encontrados na internet.

2.2. ESTRUTURA DO TEXTO DA PARTE TEÓRICA

Na parte teórica, a monografia tem sua estrutura dividida nos seguintes capítulos:

2.2.1. Capítulo 3: Neoliberalismo (Governos Collor a FHC);

O capítulo inicial da parte teórica tem como objetivo (i) resgatar o surgimento histórico do neoliberalismo; (ii) apresentar o Consenso de Washington; (iii) promover uma revisão histórica acerca dos governos brasileiros que se deram na década de 1990 (Governos

Collor, Itamar e FHC), dando enfoque especial à participação do Estado frente à economia, em especial, aos planos de governo (Planos Collor I, II e Plano Real).

Para tanto, o trabalho faz revisão de literatura entre as seguintes obras: Castro (2005); Souza (2008).

2.2.2. Capítulo 4: O lulismo;

O segundo capítulo da parte do desenvolvimento da presente monografia tem como objetivo abordar o conceito de lulismo de André Singer.

Para tanto, o seu livro (SINGER, 2012) consiste na leitura básica para a elaboração de tal capítulo. Segundo Singer (2012) o Programa Bolsa Família se tornaria uma espécie de “terceiro trilho”, ou seja, aquilo que é intocável sob pena de morte política. Para confirmar isto, basta lembrar que nenhum candidato da oposição teve a ousadia de anunciar ou a redução ou eliminação de tal programa de transferência de renda.

2.2.3. Capítulo 5: O novo-desenvolvimentismo;

O novo-desenvolvimentismo ou a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento defende que o câmbio é elemento chave para o desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA; GALA; 2010).

No entanto, a depreciação cambial não consiste em uma política que interesse aos governantes, à medida que isto traria três consequências negativas no curto prazo à economia: inflação de curto prazo, corrosão do salário real e falência de empresas endividadas em moeda estrangeira.

A leitura dos artigos do Bresser-Pereira é de fundamental importância para dar cabo de tal capítulo.

2.3. LIMITAÇÕES

Como os temas principais abordados- a exemplo do lulismo, e do novo-desenvolvimentismo - são recentes no meio acadêmico, a principal limitação para a

elaboração da monografia consiste em conseguir encontrar publicações que consigam servir de base para a monografia.

Outro aspecto que dificulta a realização do trabalho reside na necessidade de este manter um tom interdisciplinar mantendo um diálogo entre ciências políticas e ciências econômicas.

3. NEOLIBERALISMO

Na primeira seção do presente capítulo faz-se um retrospecto histórico da ideologia, analisando em quais economias se deram suas primeiras experimentações e seus desdobramentos macroeconômicos e também quais autores foram os seus principais formuladores.

Em um segundo momento, o texto retrata o conhecido receituário neoliberal fundamentados em um texto do economista John Williamson, o qual contou com a participação de instituições multilaterais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Neste texto foi formulada uma cartilha com diretrizes claras e precisas destinadas para que os países subdesenvolvidos pudessem atingir o grau de desenvolvimento visto nos países do centro da economia mundial. No entanto, antes de o texto ingressar no Consenso de Washington, será feita uma ligeira digressão cronológica ao abordar os principais aspectos do modelo de desenvolvimento ancorado na substituição e importações (antigo desenvolvimentismo). Por fim, o texto diagnostica as motivações pela decadência de tal estratégia de desenvolvimento (antigo desenvolvimentismo) que vigorava no Brasil desde 1930.

Por último, a sessão derradeira do capítulo tem como objetivo promover uma revisão histórica dos primeiros governos brasileiros que adotaram o *laissez faire* de Washington, abordando, portanto, os principais aspectos que rondaram os governos de Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso – com uma seção exclusiva ao Plano Real.

3.1. ORIGENS DO NEOLIBERALISMO

Ao atribuir o surgimento do Consenso de Washington apenas à crise da dívida externa dos anos de 1980, nega-se a importância de fatores históricos para além das fronteiras latino-americanas que antecederam o consenso.

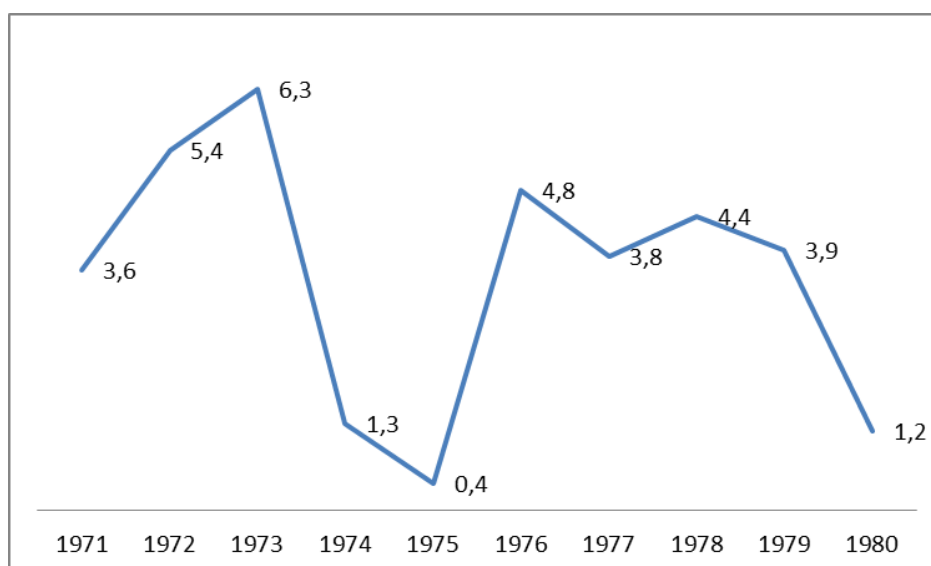
Neste sentido, esta seção tem como objetivo promover um breve retrospecto histórico acerca da emergência deste novo consenso que iria se consolidar no início da década de 1990 e iria influenciar fortemente políticas macroeconômicas desenvolvidas por países latino-americanos, a exemplo do Brasil.

Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo surgiu logo após a II Guerra Mundial, tanto na região da Europa quanto na região da América do Norte. Tratava-se de uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social. Tinha como texto principal o livro escrito por Friedrich Hayek chamado *O Caminho da Servidão*, escrito em 1944, àquela época, o alvo principal de Hayek era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945.

Após três anos, quando o Estado de bem-estar social do pós-guerra efetivamente se consolidou tanto na Inglaterra como em outros países (países escandinavos, por exemplo), Hayek fundou a Sociedade de *Mont Pèlerin*, um grupo formado por Milton Friedman, Karl Popper e Ludwig Von Mises, entre outras personalidades. A orientação ideológica era neoliberal e se opunha tanto ao estado de bem-estar social quanto ao *New Deal* norte-americano - tinha como propósito último, portanto, combater qualquer forma de política keynesiana, a qual consistia em uma maior intervenção do Estado na economia (ANDERSON, 1995).

O argumento central da Sociedade de *Mont Pèlerin* era de que o novo igualitarismo deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos.

GRÁFICO 1. MÉDIA DA TAXA REAL ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB NOS PAÍSES DA OCDE



FONTE: DATAOCD

Ainda que as origens do neoliberalismo se deem apenas a partir de meados da década de 1940, é apenas na primeira metade da década de 70 que ele ganha espaço no debate graças ao primeiro choque de petróleo de 1973, o qual foi responsável por uma profunda recessão (ver Gráfico 1 como a queda do nível de crescimento dos países da OCDE é acentuado entre os anos de 1973 e 1975) aliando baixas taxas de crescimento econômico com altas taxas de inflação.

Segundo Anderson (1995), a explicação de Hayek e seus companheiros para a recessão é que ela foi causada porque o movimento operário corroeu as bases de acumulação capitalista com suas pressões tanto por reajustes salariais quanto por aumento de gastos sociais do Estado.

Para solucionar o problema, a fórmula provinda de Hayek implicava disciplina orçamentária, redução de gastos sociais, resgate da “taxa natural” de desemprego e reformas fiscais para incentivar os agentes a promover inversões - leia-se, reduzir carga tributária das classes sociais com rendimentos mais altos. Assim, criavam-se condições econômicas para um aprofundamento da concentração de capital, o que era favorável para ampliar os investimentos e crescer economicamente.

De acordo com Anderson (1995), ainda que o neoliberalismo adquira seus primeiros contornos teóricos no pós-guerra, é apenas entre as décadas de 1970 e 1980 que se efetiva na prática em economias: na Inglaterra com a eleição de Margareth Thatcher e em 1980 com a eleição de Ronald Reagan para a presidência dos Estados Unidos da América, além da Dinamarca, entre outros países europeus.

Do lado britânico, considerado como o governo que foi o mais fiel ao ideário de Hayek na condução da política econômica em países de economia avançada, o governo Thatcher contraiu a emissão monetária, elevou as taxas de juros, baixou drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliu controles sobre os fluxos financeiros, criou níveis de desemprego massivos, oprimiu greves, impôs uma nova legislação antissindical e cortou gastos sociais (ANDERSON, 1995).

Já do lado dos Estados Unidos, Reagan também elevou taxa de juros, implementou uma tributação regressiva, elevou a taxa de juros e sufocou greves, no entanto, segundo Anderson (1995), seu “neoliberalismo” foi mais flexível se comparado à Thatcher, na medida

em que seu governo teve gastos expressivos na área armamentista (keynesianismo militar), em decorrência do período de Guerra Fria³.

Em resumo, Anderson (1995) lembra que as raízes ideológicas do neoliberalismo se encontram em um período histórico de aproximadamente cinquenta anos anterior em relação ao Consenso de Washington, lembrando que o neoliberalismo transcende as propostas políticas defendidas na capital dos Estados Unidos na década de 1990.

3.2. A EMERGÊNCIA DE UM NOVO CONSENSO

A ascensão do Consenso de Washington (neoliberalismo) acontece de modo concomitante à queda do modelo de substituição de importações (antigo desenvolvimentismo). Antes de ingressar sobre os aspectos principais do Consenso de Washington, a presente seção aborda os elementos básicos do modelo de substituição de importações e interpretações quanto à sua decadência enquanto política econômica.

3.2.1. A Decadência do Modelo de Substituição de Importações

Segundo Castro (2005), o Brasil cresceu a uma taxa média de 7,4 % entre 1950-1980 e este crescimento estava associado a uma política de substituição de importações.

No modelo de substituição de importações (MSI) há três características:

- (1) Participação direta do Estado no suprimento da infraestrutura econômica (energia e transportes) e em alguns setores considerados prioritários (siderurgia, mineração e petroquímica);
- (2) a elevada proteção à indústria nacional, mediante tarifas e diversos tipos de barreiras não-tarifárias;
- (3) o fornecimento de crédito em condições favorecidas para a implantação de novos projetos (CASTRO, 2005, p. 143).

Segundo Bielschowsky (1988 apud Castro, 2005), para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)⁴ os principais problemas das economias latino-

³ Segundo Hobsbawm (1995: 245), “A Guerra Fria reaganista era dirigida não contra o “Império do Mal” no exterior, mas contra a lembrança de F.D. Roosevelt em casa: contra o Estado de Bem-Estar Social, e contra qualquer Estado interventor. Seu inimigo era tanto o liberalismo [...] quanto o comunismo”.

americanas que justificavam um empenho em promover a industrialização por meio de proteção aduaneira e da ação do Estado eram:

- 1) a deterioração dos termos de troca - em especial devido ao repasse de produtividade dos ganhos de produtividade para os produtos finais no caso nos países primário exportadores, ao passo que aos países do centro tal fenômeno não ocorria devido à existência de estruturas oligopolistas características da produção de manufaturados;
- 2) o desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos, levando em consideração que os produtos exportados tinham baixa elasticidade-renda, enquanto que os produtos importados tinham alta elasticidade-renda, sendo assim, a única solução seria a industrialização;
- 3) os rendimentos crescentes da indústria;
- 4) o desemprego, que é visto como desdobramento do alto crescimento demográfico, da importação de técnicas de alto coeficiente tecnológico, do baixo crescimento da demanda internacional por produtos primários e da insuficiência de desenvolvimento que poderiam absorver a mão-de-obra expulsa pelos avanços tecnológicos;
- 5) a vulnerabilidade a ciclos econômicos, resultante da especialização em produção de produtos primários.
- 6) a inadequação de técnicas modernas à disponibilidade de recursos dos países periféricos;
- 7) a existência de economias de escala na indústria;
- 8) a indivisibilidade do capital - o que justifica o Estado dar o passo inicial.

Para Castro (2005, p. 114), o modelo de substituição de importações opera sob a seguinte lógica:

um choque externo (por exemplo, a crise de 1929, guerras mundiais, etc.) põe em xeque a capacidade importação dos países primário-exportadores. Dada a restrição do balanço de pagamentos, o governo utiliza-se de mecanismo cambiais ou tarifários para induzir um processo de substituição de importações pela produção local. Ocorre, porém, que a própria SI aumenta a demanda interna (renda), o que faz crescer as importações de insumos e bens de capital, acarretando uma nova crise de divisas, que leva a uma nova onda de SI e assim sucessivamente.

⁴ Segundo Fonseca (2003), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe é uma das cinco Comissões Regionais das Nações Unidas, criada pela resolução 106 (VI) pelo Conselho Econômico e Social, em 25 de fevereiro de 1948 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da América Latina, coordenar as ações para a sua promoção e reforçar as relações econômicas de seus estados-membros com as demais nações do mundo.

No entanto, segundo Rodrik (1997 apud Castro, 2005) havia críticas ao modelo de substituição de importações, dentre elas:

(i) uma estrutura de incentivos distorcida em certos setores como, por exemplo, em determinados setores de bens de capital nos quais não houve ganho de escala e tampouco transferência tecnológica;

(ii) um viés antiexportador - exceto para as atividades que receberam incentivos;

(iii) endividamento do Estado - principalmente no período do II PND.

Até o final dos anos de 1970 houve uma forte participação do Estado e conveniência com elevadas taxas de inflação devido, principalmente, a um sistema de indexação sofisticado implementado a partir de 1964. No entanto, este modelo de desenvolvimento ancorado no PSI e em maior participação no Estado na economia é colocado à prova por conta do segundo choque do petróleo (1979) e também devido à subida súbita das taxas de juros do FED (*Federal Reserve System*). Estes dois movimentos foram precedidos pela crise de liquidez externa (principalmente a partir da moratória do México em 1982) e de crise fiscal, as quais contribuíram decisivamente para o processo inflacionário da economia brasileira.

Ainda segundo Castro (2005), para conter a escalada dos preços na economia brasileira ao longo das décadas de 80 e 90 foram elaborados e implementados cinco planos: Plano Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Como todos estes planos não obtiveram sucesso quanto ao seu principal objetivo- combater a inflação – então a credibilidade tanto do Estado enquanto agente indutor do desenvolvimento e quanto das teorias heterodoxas para resolver os problemas econômicos do país eram postas em xeque.

Por fim, ao se questionar o perfil do Estado, o neoliberalismo ganha muita força política em países da periferia, em especial, nos países latino-americanos, onde o processo inflacionário aliado a crise da dívida externa da década de 1980 “forçaram” os *policy makers* a conduzirem uma inflexão da condução da política econômica. Sendo assim, sai de cena o antigo-desenvolvimentismo e entra em relevância o neoliberalismo, o qual tem como principal símbolo o Consenso de Washington.

3.2.2. O Consenso de Washington

Em novembro de 1989 foi realizado um encontro em Washington do *Institute for International Economics* com a participação de organismos multilaterais (Fundo Monetário

Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o Departamento do Tesouro americano. Neste encontro, o economista John Williamson elencou uma série de reformas que os países em desenvolvimento deveriam adotar para conseguir obter êxito em crescimento econômico autossustentado, a saber: 1. Disciplina fiscal; 2. Priorização dos gastos públicos; 3. Reforma tributária; 4. Liberalização financeira; 5. Regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. Investimento direto estrangeiro; 8. Privatização; 9. Desregulação; 10. Propriedade intelectual (CASTRO, 2005; BATISTA, 1994).

O Consenso de Washington consistia em defender políticas que se concentravam na minimização do papel do governo, dando ênfase às privatizações (a venda de empresas estatais para o setor privado), a liberalização do comércio e do mercado de capitais (eliminando as barreiras comerciais e os impedimentos ao livre fluxo de caixa) e a desregulamentação (eliminação de regulamentação na condução dos negócios) (STIGLITZ, 2007).

Assim, no receituário estadunidense se preconizava se privatizar tudo, não envolver o governo na promoção de determinados setores industriais, fortalecer o direito de propriedade privada e, assim, enfraquecer direitos trabalhistas (flexibilização e terceirização, p. ex.).

A principal crítica de Stiglitz (2007) ao Consenso de Washington é que tal postulado se baseia mais na teoria da economia de mercado que adota determinadas hipóteses, a saber: (i) informação perfeita; (ii) competição perfeita e (iii) riscos de mercado perfeitos. Como tais pressupostos da teoria estão muito distantes da realidade, então, as políticas baseadas neste modelo estariam equivocadas.

Além disso, uma vez adepto do consenso, o governo tinha como objetivo manter a estabilidade da macroeconomia no que diz respeito apenas à manutenção do nível de preços (controle da inflação) e deixando de lado a produção, o crescimento econômico e o emprego (STIGLITZ, 2007).

Para Souza (2008) os EUA tinham dois objetivos centrais: (i) encontrar mercados para as mercadorias e capitais excedentes de suas corporações e (ii) suprir-se de força de trabalho e de matérias-primas a fim de melhorar sua capacidade no mercado internacional.

O Brasil também passa a ser “laboratório” das experimentações neoliberais que acometeram países da América Latina no último quartel do século XX. O marco inicial no Brasil se dá por meio da eleição do presidente Collor.

3.3. O NEOLIBERALISMO NOS GOVERNOS BRASILEIROS NA DÉCADA DE 90

“Comparados com os carros do mundo desenvolvido, os carros brasileiros são verdadeiras carroças”. A frase dita pelo presidente Fernando Collor transmite o argumento central contra o modelo de substituição de importação: os carros brasileiros são “carroças” porque o Estado brasileiro promoveu protecionismo generalizado às indústrias nacionais há décadas, tornando-as menos competitivas e, portanto, menos eficientes, dada sua menor exposição à competição dos produtos importados.

Para conseguir tornar as indústrias mais eficientes e para produzir automóveis no lugar de “carroças”, a solução passaria pela adoção de um dos princípios preconizados pelo Consenso de Washington; a liberalização comercial. Aliado a desregulamentação financeira e a privatização de empresas do setor público, ambas medidas constituiriam os pilares fundamentais para a condução da política econômica a partir de então.

Por fim, a proposta desta seção consiste em abordar os três governos que estiveram no poder presidencial na década de 1990 (Fernando Collor, Itamar e Fernando Henrique); há também uma subseção destinada exclusivamente ao Plano Real, o plano responsável pela estabilização monetária da economia brasileira.

3.3.1. Governo Collor

Entre 1981 e 1989 houve piora em determinados indicadores socioeconômicos: o grau de concentração de renda (índice de Gini)⁵ saltou de 0,584 para 0,636 (IPEA, 2014). Já a proporção de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza⁶ aumentou de 24,8 % da população

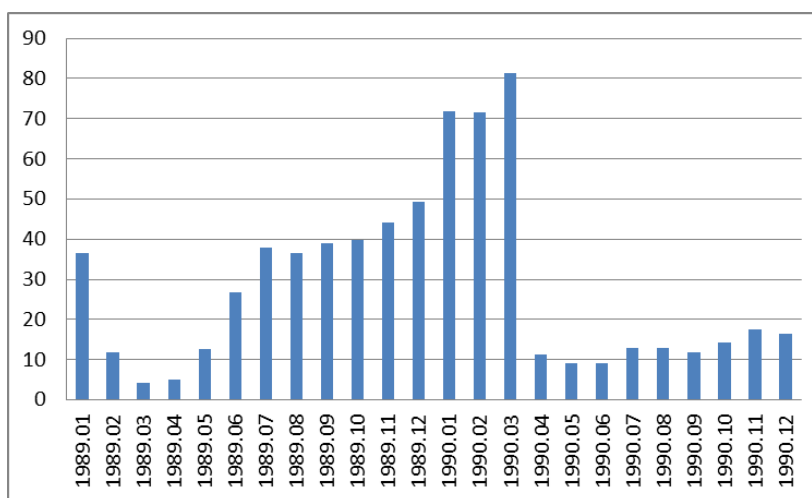
⁵ O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Numericamente varia de zero a um, sendo que zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, ao passo que o valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. (DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO, 2004)

⁶ Existem diversas metodologias adotadas para indicar a linha de pobreza, a destacar três: (i) fração do salário mínimo: é considerado pobre quem ganha até meio salário per capita familiar e um quarto é indigente; (ii) baseada em cesta de consumo: tendo como parâmetro o valor monetário (por meio de Pesquisa de Orçamento Familiares) para a aquisição de alimentos que correspondam ao número de calorias que um ser humano necessita para suprir suas necessidades nutricionais (entre 2000 a 2500 calorias) e sua renda, considera-se indigente quem não tem renda para suprir o consumo mínimo de calorias; (iii) instituída pelo Banco Mundial: quem tem como renda diária até US\$ 1,25 é considerado miserável (pobreza absoluta) e entre US\$ 1,25 e US\$ 2,00 é pobre (pobreza relativa). A julgar pelo maior conhecimento da última, julga-se que seja esta a utilizada pelo texto (LOUREIRO; SURIANO, 2009).

para 27,2% entre 1980 e 1990, segundo Benjamin e Araújo (1995, p. 105, fig. 38 apud SOUZA, 2008).

A inflação extrapolava os patamares de 80 % mensais (ver Gráfico 2) e o crescimento econômico apresentou estagnação ao longo da década de 1980 (ver Tabela 1), enquanto que houve uma média de crescimento de 7 % ao ano entre as décadas de 30 e 80. (CASTRO, 2005).

GRÁFICO 2: TAXA DE INFLAÇÃO MENSAL DE 1989 A 1990 (IGP-DI)



FONTE: IPEADATA

Essas eram as condições que colocavam fortes desafios ao presidente da república que tomaria posse em 1990. Além de ser o ano da primeira eleição direta para a Presidência da República, 1989 também foi marcado por ser o ano em que se deu queda do Muro de Berlim. Portanto, as campanhas à presidência da república possuíam conotação “ideológica”.

Sendo assim, de um lado, houve a participação dos setores mais conservadores, os quais apoiaram a candidatura de Fernando Collor, quem fazia um discurso contra os “marajás” - termo aplicado aos funcionários públicos - aliado a um forte apelo aos “descamisados” - a grande massa de pobres do país (SOUZA, 2008).

De outro lado, setores mais progressistas apoiaram Lula e Brizola. No primeiro turno, em 15 de novembro de 1989, Collor, Lula e Brizola obtiveram, respectivamente, 28,5 %, 16,13 % e 15,53 % dos votos apurados. Assim, Collor e Lula foram para o segundo turno.

Realizado no dia de 17 de dezembro, no segundo turno Collor venceu Lula por uma pequena diferença de menos de quatro milhões de votos - Collor obtivera 49,8 % dos votos apurados, ao passo que Lula 44,3 %.

Sendo assim, depois de mais de duas décadas sem eleições diretas para presidência da República, em 15 março de 1990 toma posse o primeiro presidente eleito pelo voto direto: Fernando Collor de Mello.

3.1.1.1. Plano Brasil Novo (Plano Collor I)

Lançado logo no primeiro dia do mandato de Fernando Collor (15 de março de 1990), o Plano Brasil Novo reintroduziu o cruzeiro como padrão monetário e foi promovido congelamento de preços de bens e serviços. Como o plano foi introduzido no meio do mês de março, a classe trabalhadora apenas tinha garantido a inflação de fevereiro, perdendo, portanto, o reajuste referente à variação de preços nos primeiros quinze dias de março (CASTRO, 2005).

Além disto, o novo plano consistia nas seguintes diretrizes, segundo Souza (2009):

- a) sequestro de liquidez, por meio de confisco de quantias superiores a 50.000 cruzados novos - agora, cruzeiros - depositados em cadernetas de poupança e nas contas correntes e de 80 % das aplicações no *overnight* e outros produtos financeiros. Como aponta Castro (2005), o governo se comprometeria a devolver os cruzados novos bloqueados daqui a 18 meses em 12 prestações iguais e sucessivas a partir de setembro de 1991. O montante seria reajustado em 6 % ao ano mais juros.
- b) ajuste fiscal, cujo objetivo principal era reverter o déficit fiscal de 8 % do PIB para 2 % do PIB. Tal reversão seria obtida da seguinte forma: (i) 0,5 % viriam de cortes nas despesas, principalmente devido ao enxugamento da folha de pagamento via exoneração de parte da burocracia (360 mil funcionários); (ii) 3,5 % viriam da privatização de empresas públicas, por meio do Plano Nacional de Desestatização, lançado em abril de 1990; (iii) 6 % viriam da elevação da arrecadação, que seria obtida via tributação⁷ e pelo combate à sonegação;

⁷ Segundo Castro (2005), tal elevação da arrecadação se daria, principalmente, por três meios: (i) criação de novos tributos; (ii) aumento da alíquota de Imposto de Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Obrigação

- c) Novo congelamento de preços e salários até maio de 1990;
- d) adoção de câmbio flutuante, a qual se alinha com outras políticas que promovem a abertura econômica, a exemplo daquela que propõe a queda das tarifas de importação.

Ainda que o Plano Collor I tenha obtido o sucesso de evitar a hiperinflação, tal plano não conseguiu trazer a inflação para níveis civilizados. Nos meses de abril e maio, a inflação se acomodou no patamar de 9 %, no entanto, a inflação acumulada no ano ultrapassou o nível de 1200 % (NAKATANI e OLIVEIRA, 2010). O insucesso do Plano Collor I é explicado por três principais motivos:

(i) afrouxamento do sequestro de liquidez - aposentados e empresários⁸ conseguiram pressionar o Banco Central para liberar antecipadamente o confisco;

(ii) insuficiente ajuste fiscal, devido, principalmente, ao fato de que apenas 40 mil funcionários foram demitidos, em contraponto aos 360 mil prometidos;

(iii) a desvalorização do cruzeiro diante do dólar, explicada pela eliminação de subsídio às exportações e pela liberalização de importações (SOUZA, 2009).

3.1.1.2. Plano Collor II

De acordo com Sandroni (1999), a principal medida adotada no Plano Collor II foi a decretação do fim do mecanismo de indexação, o qual era considerado pela equipe econômica do governo como a principal causa da retomada da inflação, devido a dois motivos: (i) gerar forte rigidez à baixa de preços e (ii) tornar o sistema econômico nacional muito vulnerável em relação a qualquer oscilação do sistema financeiro internacional.

Segundo Nakatani e Oliveira (2010), a ausência de correção monetária implica na extinção de Bônus do Tesouro Nacional (BTN) e do BTN fiscal, do Maior Valor de Referência, das operações de overnight para aplicadores não financeiros - índices de fundos de curto prazo - da correção monetária, do índice de reajuste dos valores fiscais e do índice da cesta básica. No lugar do BTN, foi criada a taxa referencial (TR), a qual seria calculada a partir de uma amostra das taxas praticadas pelos bancos na captação de recursos, com base

Financeira (IOF), entre outros e (iii) suspensão de benefícios e incentivos fiscais não previstos pela Constituição Federal.

⁸ Segundo Nakatani e Oliveira (2010), a liberação gradativa e antecipada aos empresários dos ativos monetários e financeiros ficou conhecido como “operação torneirinha”. Os recursos resgatados pelos empresários tinham como propósitos efetuar pagamento de salários, contribuições previdenciárias, taxas e impostos federais, municipais e estaduais.

nos certificados de depósitos bancários (CDBs), ou seja, entregava-se aos bancos o poder de elaborar o indexador da economia (SOUZA, 2008).

Além disso, o Plano Collor II implementou o congelamento dos preços praticados em 30 de janeiro de 1991 e o Ministério da Fazenda detinha o poder exclusivo de autorizar reajustes extraordinários, uma vez comprovado o desequilíbrio de preços relativos. Depois de um tempo de congelamento, os preços iam ser liberados gradualmente por câmeras setoriais, as quais eram compostas por setores empresariais e do governo. Os salários foram reajustados em 1º de fevereiro tendo como base a média dos últimos 12 meses e aqueles que estivessem fora do período de dissídio seriam congelados até dia primeiro de agosto (SANDRONI, 1999).

3.1.1.3. A derrocada de Collor

Em decorrência dos desajustes na economia durante o governo Collor com índice de inflação acumulado de mais de 400 % em 1991, por exemplo, a ministra Zélia Cardoso de Mello (Ministério da Fazenda) deixa o cargo em maio de 1991 e em seu lugar entrou Marcílio Marques Moreira, o qual ficará na pasta até outubro de 1992, quando a Câmara Federal aprovou o *impeachment* do presidente Collor (NAKATANI e OLIVEIRA, 2010).

Não obstante, houve também fatores políticos. O irmão de Collor, Pedro Collor, revoltado com a tentativa de esmagamento da empresa de comunicação da família por parte de Paulo César Farias, tesoureiro da campanha do irmão, concedeu entrevista à revista Veja em maio de 1992 denunciando grave esquema de corrupção envolvendo seu irmão presidente (SOUZA, 2008).

A repercussão da entrevista foi tamanha que o Congresso Nacional resolveu instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do PC Farias no final daquele mês de maio. A Comissão decidira por 32 votos a 1 para apreciar o processo de impedimento do presidente e consequente imediato afastamento de Collor até a decisão final do Senado (SOUZA, 2008).

O seu vice, Itamar Franco, assumira a presidência interinamente.

3.1.2. Itamar Franco

Em 2 de outubro de 1992 assumiu a presidência o vice-presidente Itamar Franco. Em seu curto período no Planalto, o presidente defendeu redução da taxa de juros como mecanismo para reativar a economia, em contraposição aos seus postulantes que ocuparam o Ministério da Fazenda⁹. Das três vezes que houve divergência entre o presidente e o ministro vigente da Fazenda, prevalecera a opinião do presidente da República.

A postura de Itamar trouxe impactos positivos à economia brasileira, a ressaltar que

quando assumiu em outubro, a taxa real de juros praticada na rolagem da dívida pública projetada para o ano era de 36 %; conseguiu baixá-la para 7 % anuais na média dos cinco primeiros meses de 1993, sendo que no mês de maio a taxa foi negativa (uma taxa Selic de 30,9 % contra um IGP-DI de 32,27 %)
(SOUZA, 2008: 216)

Ainda segundo Souza (2008), a rentabilidade das 500 maiores empresas, depois de ter sido negativa em 3,6 % em 1991 e positiva 0,4 % em 1992, subiu para 3,1 % em 1993¹⁰.

Para Souza (2008), ainda que o governo, do ponto de vista cronológico, de Fernando Henrique Cardoso se inicie apenas em primeiro de janeiro de 1995, o seu mandato, historicamente, inicia-se a partir do momento em que o sociólogo da Universidade de São Paulo assume a pasta de Fazenda no governo de Itamar Franco e começa a implementar o plano de estabilização monetária responsável por controlar o nível de preços da economia brasileira.

Tido como “pai do Plano Real”, Fernando Henrique vence as eleições de 1994 contra o candidato do Partido dos Trabalhadores Luís Inácio Lula da Silva.

3.1.3. Plano Real

Depois de muitos anos e planos econômicos para combater a inflação, pela primeira vez, um plano econômico é exitoso para normalizar no nível de preços na economia brasileira.

Segundo Modenesi (2005), o Plano Real consiste em três etapas: (i) ajuste fiscal; (ii) reforma monetária e (iii) adoção de uma âncora cambial.

⁹ Os três primeiros ministros da Fazenda do governo Itamar Franco foram: Gustavo Krause Sobrinho (02/10/1992 a 16/12/1992), Paulo Roberto Haddad (16/12/1992 a 01/03/1993) e Eliseu Resende (01/03/1993 a 19/05/1993). Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/institucional/galeria-dos-ministros/republica>>

¹⁰ Cf. revista Exame, “Melhores e Maiores”, p. 12, jun. 1999

3.1.3.1. Primeira Fase: Ajuste Fiscal

Entre maio de 1993 e fevereiro de 1994 o plano Real tinha como objetivo promover o ajuste das contas públicas. Tal estratégia tinha como diagnóstico que o equilíbrio fiscal constituiria condição fundamental para a estabilização monetária, diferentemente dos planos de estabilização econômica que antecederam o Plano Real¹¹ (CASTRO, 2005).

Para equilibrar as contas públicas, foram implementados dois planos: o Plano de Ação Imediata (PAI), lançado em março de 1993, enquanto Fernando Henrique era ministro e o Fundo Social de Emergência (FSE), sob a gestão do ministro Rubens Ricupero (CASTRO, 2005).

O PAI adota como hipótese central que a desordem financeira e administrativa do setor público era um dos responsáveis pela manutenção da inflação (MODENESI, 2005).

As principais medidas adotadas pelo PAI foram:

(i) redução dos gastos públicos e maior eficiência em sua utilização; (ii) a elevação da receita fiscal com a criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e o combate à sonegação; (iii) a redefinição das relações entre União e os estados e os municípios, consubstanciada na redução das transferências não-constitucionais e na regularização do pagamento das dívidas destes para com o governo federal; (iv) as mudanças institucionais e o saneamento dos bancos estaduais e federais; (v) a ampliação do Programa Nacional de Desestatização (PND) (MODENESI, 2005:301).

Já o FSE consistia em reduzir a excessiva rigidez¹² dos gastos da União através de desvinculação de algumas receitas do governo federal, assim, o governo conseguiria aumentar a margem de manobra em política fiscal (CASTRO, 2005; MODENESI, 2005).

O FSE passou a reter as seguintes receitas:

(i) 20 % da arrecadação do IPMF; (ii) 20 % dos gastos com educação previstos pela Carta de 1988; (iii) adicional de 3 % sobre o lucro e 0,75 % da receita operacional bruta dos bancos; e (iv) 100 % do Imposto de Renda do funcionalismo do setor público (MODENESI, 2005: 302)

¹¹ Os planos anteriores ao Plano Real também deram devida importância ao ajuste fiscal, no entanto, não o viam como elemento inicial de um efetivo plano de combate à inflação.

¹² Segundo Modenesi (2005), a Constituição Federal de 1988 aumentou fortemente os volumes das receitas da União ligados a gastos específicos, a exemplo de educação e saúde. Cerca de 80 % das receitas deveriam ser aplicados nos setores previamente destinados via constituição.

Os programas PAI e FSE foram eficazes apenas para o ajuste fiscal de curto prazo, não sendo capazes de promover um equilíbrio fiscal mais duradouro: a necessidade de financiamento do setor público (NFSP) cresceu de 0,4 % do PIB, no período de 1991 a 1994, para 5,2 % do PIB, em média, durante o período de implantação do Plano Real, de 1995 a 1998. Dois fatores explicam a deterioração fiscal ao longo do tempo: (i) a transformação do superávit operacional (2,9 % do PIB) em déficit operacional (de 0,2 % do PIB); e (ii) a elevação da despesa com juros de 3,3 % do PIB para 5,0 %.

Por fim, tais medidas não foram suficientes para conter a elevação da dívida líquida do setor público como proporção do PIB, que aumentou de 30 % em dezembro 1994 para 42 % em dezembro de 1998 (MODENESI, 2005).

3.1.3.2. Segunda Fase: Reforma Monetária

A segunda fase do Plano Real se iniciou em primeiro de março de 1994 com a criação da URV (Unidade Real de Valor) e terminou com criação do Real em primeiro de julho do mesmo ano (FILGUEIRAS, 2000).

Em planos econômicos anteriores almejou obter a desindexação via congelamento de preços, o que se demonstrou uma política monetária sem êxito ao longo da década de 1980. No Plano Real, a criação da URV (Unidade de Real Valor) – uma quase moeda¹³ - iria reduzir o período de reajuste dos preços (CASTRO, 2005). Para dar cabo de tal plano,

o objetivo era percorrer o caminho entre uma alta inflação (na qual os preços ainda acompanham movimentos da inflação passada) e uma hiperinflação em que os preços passam a seguir diariamente os movimentos de outra moeda, em geral o dólar. Mas, em vez de esperar que o encurtamento do período de reajustes dos contratos viesse em consequência de uma aceleração da taxa de inflação, propunha-se uma reforma monetária, que encolhesse a memória inflacionária do sistema. (CASTRO, 2005: 154)

Sendo assim, a URV teria como função alinhar os preços e salários relativos¹⁴, de tal maneira que, assim que o Real fosse criado, esta nova moeda não fosse “contaminada” pela

¹³ “Conjunto dos ativos do sistema financeiro não monetário, constituído principalmente pelos débitos ou compromissos das instituições financeiras, especialmente as governamentais” (SANDRONI, 1999: 507).

¹⁴ Este discurso de alinhamento de preços e salários relativos tinha por trás o objetivo de “cortar o poder de compra dos salários a fim de permitir a melhoria da rentabilidade das empresas, como forma de “coibir” na etapa seguinte seu ânimo de remarcação de preços” (SOUZA, 2008: 230)

inflação passada. Assim, o papel principal da URV consistia em apagar a memória do passado e, assim, liquidar com a inflação inercial¹⁵ (FILGUEIRAS, 2000).

A URV foi embrião de uma nova moeda pois, ainda que não exercesse as funções de reserva de valor e meio de pagamento, ela já constituía a função de unidade de conta (FILGUEIRAS, 2000).

Um diferencial na criação do URV em comparação com proposta “Larida”¹⁶ consiste em que o primeiro tinha como proposta inculir uma política monetária restritiva para evitar a aceleração da inflação que se observou nos desdobramentos do Plano Cruzado com a explosão da demanda pós-congelamento (CASTRO, 2005).

3.1.3.3. Terceira fase: a criação do Real

Para Modenesi (2005) a terceira fase do Plano Real vai de julho de 1994 a janeiro de 1999. Ao longo de toda esta fase foi consolidada a ancoragem cambial¹⁷, sendo que, nos primeiros meses – de julho a setembro de 1994 – foi adotada, também, ancoragem monetária.

Esta última não durou muito tempo devido à transição da situação de alta inflação para um regime de estabilização, o que, por sua vez, gerou rápida remonetização da economia. Sendo assim, o abandono das metas monetárias provou que tal política era prescindível para a condução da política monetária (FILGUEIRAS, 2000; MODENESI, 2005).

A criação do real se inicia com a publicação da Medida Provisória n.º 542, segundo a qual apresentava um conjunto de medidas sobrepostas, apresentando inconsistência teórica¹⁸ (CASTRO, 2005; MODENESI, 2005).

¹⁵ A concepção de inflação inercial reside no fato de que, na ausência de choques de demanda e de oferta (causas primárias), a inflação poderia persistir em função de um processo generalizado de indexação. Sendo assim, a “memória da inflação” (indexação) constituiria na causa da inflação, ou seja, a inflação presente seria de terminada pela inflação passada (FILGUEIRAS, 2000).

¹⁶ A proposta recebe o nome em razão de um neologismo de seus autores – André Lara Rezende e Pêrsio Arida – tinha como objetivo combater a inflação promovendo a desindexação da economia através da introdução de uma moeda indexada que circularia paralelamente à moeda oficial brasileira (CASTRO, 2005).

¹⁷ A política cambial ao longo da terceira fase do Plano Real consistiu em quatro fases: (i) regime de flutuação cambial – de julho a setembro de 1994; (ii) taxa de câmbio fixa – outubro de 1994 a fevereiro de 1995; (iii) banda cambial deslizante – março a setembro de 1995 e (iv) banda cambial rastejante – outubro de 1995 a janeiro de 1999 (MODENESI, 2005).

¹⁸ De acordo com o modelo Mundell-Fleming, em uma economia com taxa de câmbio fixa e perfeita mobilidade de capitais, a moeda é endógena e a taxa de juros doméstica se iguala à taxa de juros internacional. Assim, não se pode fixar, simultaneamente, base monetária e taxa de câmbio (MODENESI, 2005). Após críticas de diversos economistas, houve uma flexibilização na política cambial, fazendo com que o câmbio atuasse numa banda

Segundo Castro (2005), dentre das principais medidas adotadas:

- (i) O lastreamento da base monetária doméstica em reservas cambiais, na equivalência de R\$ 1 por US\$ 1;
- (ii) Fixação de limites máximos¹⁹ para o estoque de base monetária por trimestre – até março de 1995 – podendo as metas ser reajustadas em 20 %;
- (iii) Introdução de mudanças institucionais no funcionamento do Conselho Monetário Nacional, tendo como objetivo proporcionar maior autonomia ao Banco Central.

3.1.4. Governo FHC

3.1.4.1. Primeiro FHC (1994-1998)

Reconhecido como um dos mentores do Plano Real enquanto ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso assume a presidência da República em 1995, após derrotar o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva.

A inflação foi superada com o Plano Real²⁰ e um das constatações de tal afirmação reside na observação das taxas de inflação anuais, as quais descaíram a partir de 1995.²¹

No entanto, o plano Real deixaria duas sequelas à economia brasileira: (i) desequilíbrio externo e (ii) crise fiscal (GIAMBIAGI, 2005).

(i) Desequilíbrio externo

A apreciação cambial aliado à abertura econômica trouxe ao primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) graves impactos na balança comercial (ver Gráfico

assimétrica, ou seja, a taxa de câmbio poderia oscilar para baixo mas não poderia passar o teto fixo de R\$ 1 = US\$ 1 (CASTRO, 2005).

¹⁹ “[...] o montante de real a ser emitido teria por base metas trimestrais que, segundo seus proponentes, dariam confiabilidade ao novo padrão monetário (R\$ 9,5 bilhões)” (FILGUEIRAS, 2000: 108).

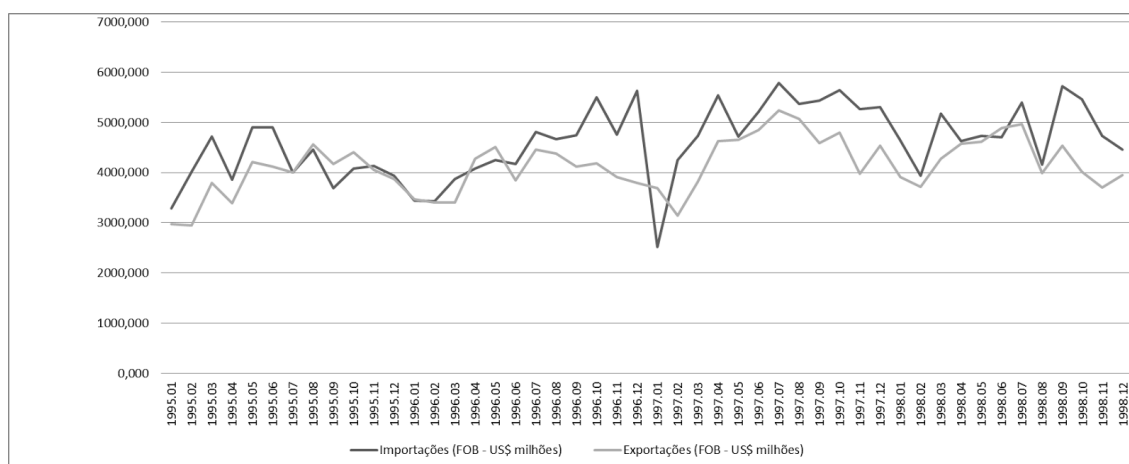
²⁰ Segundo Giambiagi (2005), o Plano Real foi salvo por dois fatores: (i) a elevação da taxa de juros, pois sem isto o caminho do Plano Real poderia ter sido semelhante ao de seus antecessores; (ii) situação do mercado financeiro internacional, o qual se dispunha de ampla liquidez e busca de atratividade nos mercados emergentes.

²¹ Os índices de inflação do IPCA para os anos de 1994, 1995, 1996 e 1997 foram, respectivamente, 916,46 %, 22,41 %, 9,56 % e 5,22 %. Fonte: IPEADATA.

3). Nos três primeiros anos do governo, de um lado, houve um aumento substantivo de importações - taxa de média de crescimento de 21,8 % ao ano em dólar – e, de outro lado, crescimento mais acomodado das exportações - a taxa de média de crescimento foi de 6,8 % ao ano em dólar (GIAMBIAGI, 2005).

A deterioração da conta corrente associada à piora da balança comercial foi financiada via novos endividamentos externos e com entrada de capitais em forma de investimento externo direto (IED). Assim, os desequilíbrios eram realimentados: o déficit em conta corrente saltou de US\$ 2 bilhões em 1994 para mais de US\$ 30 bilhões em 1997; a relação dívida líquida externa/exportações saltou de 2,3 (1995) para 3,9 (1999) (GIAMBIAGI, 2005).

GRÁFICO 3: EXPORTAÇÕES X IMPORTAÇÕES (95-98)



FONTE: IPEADATA

(ii) Crise Fiscal

Segundo Giambiagi (2005), a crise fiscal foi caracterizada pelos seguintes fatores:

- Um déficit primário do setor público consolidado;
- Um déficit público (nominal) de 7 % do PIB, na média de 1995-1998;
- Uma dívida pública crescente.

3.1.4.2. O Segundo FHC: 1999 a 2002

O segundo período de Fernando Henrique é marcada pela substituição de política monetária: sai o principal pilar de sustentação do Plano Real (âncora cambial) e entra o sistema de metas de inflação.

Assim, a principal atribuição do Banco Central passa a ser atingir as metas de inflação²², em detrimento de todas as outras demais, a exemplo de crescimento econômico, nível de desemprego, taxa de câmbio, entre outras.

Neste modelo de atuação do banco, torna-se de fundamental importância que o banco detenha autonomia operacional, uma vez que utilizará exclusivamente de política monetária (taxa de juros) para controlar a inflação. Sob o ponto de vista da política fiscal, o Banco Central necessitará de amplo apoio do Ministério da Fazenda, já que é esta pasta é responsável para conter as despesas públicas.

Assim, no segundo governo de FHC, inicia-se o conhecido tripé macroeconômico: (i) superávit primário; (ii) metas de inflação; (iii) câmbio flutuante.

No entanto, o modelo econômico do governo é posto em xeque, tendo em vista que, em termos de produção (tabela 2) e de geração de empregos sofrera fortes impactos negativos.

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Os governos brasileiros na década de 1990 tiveram como objetivo principal reduzir a participação do Estado na economia via liberalização comercial, privatizações e desregulamentação financeira.

Quanto ao governo Collor, o confisco da poupança para controlar a inflação além de não ter obtido êxito desejado, certamente afetou diretamente o capital político do recém-empossado presidente. Assim, uma conjuntura econômica desfavorável – em razão dos indicadores à época de inflação e crescimento econômico - aliado a denúncias de escândalos de corrupção que atingiam diretamente o político alagoano fizeram com que Collor sofresse *impeachment* em 1992.

Em seu lugar, toma posse seu vice, Itamar Franco. Com pouco tempo de gestão, coube a Itamar essencialmente dar os passos iniciais para implementação do Plano Real, o plano responsável por estabilizar a economia brasileira depois de cinco tentativas fracassadas na

²² Outros países já haviam adotado o sistema de metas de inflação, tais como : Chile, Canadá, Reino Unido e Nova Zelândia.

década de 1980. Em seguida, em 1994 foi eleito Fernando Henrique Cardoso, que obteve capital político em razão de ter sido ministro da Fazenda durante o governo Itamar, quando o Plano Real entra em sua primeira fase.

Ainda que o Plano Real tivesse surfado de certa aprovação no início do mandato de FHC, a sua política de juros altos e câmbio valorizado fizeram com que a economia brasileira mergulhasse em uma crise fiscal, tendo que recorrer à ajuda do Fundo Monetário Internacional para poder saldar sua dívida. Além disso, sob o aspecto do mercado de trabalho, a taxa de desemprego alcançara altos níveis no final do seu segundo mandato.

Assim, dadas as circunstâncias econômicas bastante desfavoráveis, a população brasileira resolve eleger em 2002 o candidato da oposição Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), vencendo o candidato da situação José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira).

4. LULISMO

Segundo Singer (2012), o lulismo existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança em um mesmo movimento. De acordo com o cientista político, é em seu caráter contraditório que reside a complexidade de sua interpretação.

O presente capítulo tem como objetivo abordar os aspectos mais pertinentes em Singer (2012) sobre o lulismo. Na primeira seção o texto tem como enfoque estabelecer um breve relato histórico dos governos Lula, no qual o presidente da República inicia seu primeiro mandato com aprofundamento das políticas neoliberais herdadas de seu antecessor até como se tornou um governo reconhecidamente popular no final do segundo mandato com uma aprovação recorde do presidente à República; em um segundo momento, tem como destaque a inflexão na condução da política econômica a partir do segundo mandato de Lula; em seguida, a terceira seção trata do realinhamento eleitoral que se deu na segunda eleição de Lula em 2006 - que políticas econômicas realizadas no primeiro mandato podem explicar a atração de votos das camadas mais pobres da sociedade; na quarta seção, levantar hipóteses sobre quais motivos historicamente as camadas mais pobres da população não votavam em Lula até 2006; na quinta seção, a abordagem tem como objetivo dissecar a correlação que Singer (2012) estabelece do período do governo Lula para com o *New Deal* dos Estados Unidos, tendo como denominador comum uma agenda nacional de combate à pobreza; a sexta seção tem como propósito questionar em que medida o lulismo é dependente da valorização das commodities; a sétima seção tem como objetivo abordar três correntes de pensamento que diagnosticam o caráter de reformismo fraco do lulismo; na penúltima seção, uma breve abordagem sobre a concepção do social-desenvolvimentismo oriunda da Escola de Campinas e por último questionar se houve a manutenção do realinhamento eleitoral proposto pelo lulismo dos acerca das eleições presidenciais de 2010.

4.1. DO PRIMEIRO GOVERNO CONSERVADOR AO ÊXITO DO FINAL DO SEGUNDO

Esta seção inaugural tem como propósito apresentar dados referentes à adoção de políticas econômicas conservadoras que se deram no triênio entre 2003-2005 no primeiro

mandato do Governo Lula e, em um segundo momento, compará-los com aqueles encontrados depois de oito anos que o Partido dos Trabalhadores assumiu a presidência da República.

Tendo como um dos seus objetivos não afrontar diretamente os interesses do capital, o presidente Lula adota política econômica conservadora, a saber (SINGER, 2012):

- 1) Nos dois primeiros meses de 2003, o Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central (BC) aumentou os juros de 25 % para 26,5 %;
- 2) Com o objetivo de honrar os compromissos financeiros advindos do item 1, eleva-se a meta do superávit primário de 3,75 % de 2002 para 4,25 % do Produto Interno Bruto (PIB);
- 3) Política de restrição fiscal ao promover corte de R\$ 14,3 bilhões de reais no orçamento público - quase 1 % do produto estimado para aquele ano;
- 4) O poder de compra do salário mínimo se manteve praticamente congelado em 2003 e em 2004;
- 5) No final de abril de 2003, o presidente Lula entrega ao Congresso projeto de reforma conservadora da Previdência Social. Entre outros itens, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 40 acabava com a aposentadoria integral dos futuros servidores públicos.

A adoção de medidas ortodoxas trouxe impactos negativos à economia: (i) o crescimento econômico caiu de 2,7 % nos últimos doze meses de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para 1,3 % do PIB nos primeiros doze meses do governo Lula; (ii) o desemprego aumentou, passando de 10,5 % no último dezembro tucano para 10,9 % no primeiro dezembro petista; (iii) a renda média do trabalhador caiu 12,3 %; (iv) as instituições financeiras tiveram resultado 6,3 % maior. Portanto, Oliveira (2003) teria chegado à constatação de que o Brasil era um país de acumulação truncada e de uma desigualdade sem remissão.

No entanto, passados oito anos, o cenário econômico era outro: (i) em dezembro de 2010 os juros tinham caído para 10,75 % ao ano, com taxa real de 4,5 %; (ii) a meta de superávit primário fora reduzida para 2,8 % do PIB; (iii) aumento real do salário mínimo de 6 % apenas para aquele ano de 2010, no acumulado entre 2003 e 2010, houve uma valorização real na ordem de 50 % no período; (iv) cerca de 12 milhões de famílias de baixíssima renda recebiam um auxílio entre 22 e 200 reais por mês do Programa Bolsa Família (PBF); (v) o

crédito havia se expandido de 25 % para 45 % do PIB, possibilitando o acesso ao consumo das classes sociais mais desfavorecidas, em especial, devido ao crédito consignado.

As consequências macroeconômicas foram bastante exitosas: (i) crescimento econômico de 7,5 % em 2010 e (ii) taxa de desemprego na ordem de 5 %, o que se configura para determinados economistas, uma taxa de pleno emprego. Quanto ao grau de concentração de renda, o índice de Gini havia progredido de 0,5886 em 2002 para 0,5304 em 2010. Em entrevista concedida ao jornal Valor Econômico, a economista Maria da Conceição Tavares assinalava que o governo Lula estava tocando três coisas relevantes: “crescimento, distribuição de renda e incorporação social”.

Sendo assim, o autor comparando as observações de Oliveira e Tavares, arremata:

O país teria dado seguimento à vocação conservadora, que afogara, no passado, as possibilidades de desenvolvimento democrático, ou estariam certas as avaliações de que a aceleração do crescimento e a redução da desigualdade inauguravam etapa distinta? E, caso estivessem corretas as perspectivas otimistas, como teria sido possível destravar a economia e reduzir a iniquidade sem radicalização política, numa transição quase imperceptível do viés supostamente neoliberal do primeiro mandato para o reformismo do segundo? (SINGER, 2012: 12-13)

Para Singer (2012) teria havido a partir de 2003 uma orientação política que permitiu, contando com a mudança da conjuntura econômica internacional, adoção de políticas para reduzir a pobreza e para a ativação do mercado interno sem confrontar os interesses do capital. Com a principal crise política que atinge o Partido dos Trabalhadores (PT) - crise do mensalão - foi possível se promover um realinhamento eleitoral que se consolida em 2006, surgindo o lulismo. Assim, o surgimento de uma base lulista a partir do segundo mandato, teria permitido ao presidente Lula acelerar o processo de redução da pobreza e da miséria com a manutenção da ordem.

Em resumo, esta seção aponta melhorias em diversas variáveis econômicas, como taxa de desemprego, nível de desigualdade de renda (Gini), aceleração do crescimento econômico, entre outros. No entanto, é bom ressaltar que tais transformações se deram em um cenário sem qualquer constrangimento aos interesses do capital.

4.2. A INFLEXÃO NO SEGUNDO MANDATO

A presente seção tem como propósito apontar diferentes fases dentro do governo Lula (SINGER, 2012) e também grupos de economistas de perspectivas teóricas

(desenvolvimentista x ortodoxos) em disputa por um projeto de nação (BARBOSA; SOUZA, 2010).

Segundo Barbosa e Souza (2010), havia no governo Lula, grosso modo, duas visões sobre a economia: uma mais próxima ao chamado Consenso de Washington (neoliberal) e outra defensora de um papel mais ativo do Estado no desenvolvimento econômico e social (desenvolvimentista).

Nos três anos iniciais do governo Lula, a visão neoliberal predominou nas ações de política econômica. Segundo tal abordagem, o crescimento da economia independe de fatores de curto prazo e, como tal, não pode ser afetado de forma permanente pela política macroeconômica. Assim, medidas de estímulo monetário, fiscal ou cambial, teriam influência pequena ou, na maioria das vezes, danosa sobre a economia (BARBOSA; SOUZA, 2010:67).

Como o ajuste fiscal implementado entre os anos de 2003-2005 não trouxe uma aceleração substancial do PIB e tampouco trouxe impactos positivos no que diz respeito à geração de emprego e aumento da renda, então, o grupo mais próximo à ortodoxia foi perdendo espaço no governo Lula (BARBOSA; SOUZA, 2010).

Até para ganhar espaço dentro da disputa interna do próprio governo do Partido dos Trabalhadores, os desenvolvimentistas propuseram três frentes de ação junto ao governo federal:

- (i) a adoção de medidas temporárias de estímulo fiscal e monetário para acelerar o crescimento e elevar o potencial produtivo da economia;
- (ii) a aceleração do desenvolvimento social por intermédio do aumento nas transferências de renda e elevação do salário mínimo;
- (iii) aumento no investimento público e a recuperação do papel do Estado no planejamento de longo prazo.

Para Singer (2012), o modelo de política monetária não mudou ao longo do governo Lula (2003-2010), mas sim a hierarquia de prioridades ao sabor das conveniências políticas conjunturais. Para o autor há três fases distintas:

- (i) A primeira fase (2003-2005) em que se dá o aprofundamento das políticas neoliberais concomitante com o tripé (PBF –expansão da renda - expansão do crédito).
- (ii) A segunda fase (suave inflexão para o cientista político) de Singer (2012) se daria com a ascensão de Guido Mantega à chefia da pasta da Fazenda em março de 2006, adotando aí políticas de cunho mais desenvolvimentistas do

que ortodoxas. Houve maior valorização do salário mínimo, alguma flexibilidade dos gastos públicos e redução dos juros, de tal maneira que houve 40 % mais geração de empregos no segundo mandato do Lula se comparado ao primeiro, afetando diretamente a base lulista. Para Singer (2012), a valorização do salário mínimo na segunda fase do lulismo foi tão importante quanto foi o PBF para o primeiro mandato de Lula. O Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) seria o terceiro elemento indutor da terceira fase – aliada à valorização do salário mínimo e a expansão do crédito. O Programa conseguiu impulsionar a taxa de investimento da economia que saiu de 15,9 % do PIB para 19 % em 2008 (SINGER, 2012).

- (iii) A terceira fase se daria a partir da quebra do banco Lehman Brother em 15 de setembro de 2008, portanto, a fase se estenderia entre 2008 e 2010. Esta fase ficou marcada pela ampliação do consumo popular via valorização do salário mínimo, aumento de transferência do Estado (Bolsa Família), aumento das desonerações fiscais e alongamento do crediário. O carro-chefe de tal é o Programa Minha Casa Minha Vida, a qual cotava crédito subsidiado de bancos públicos para aquisição de moradias populares e assim, amortecendo impacto negativo na geração de emprego via maior contratação no setor de construção civil (setor que emprega mão-de-obra não-qualificada). Mais uma vez a adoção de políticas econômicas afeta diretamente a base lulista, na medida em que políticas de incentivo econômico, como Minha Casa Minha Vida tem impacto positivo na geração de empregos não-qualificados, estrato da mão-de-obra que compõe a base lulista.

Em resumo: a adoção de um novo quadro ministerial no segundo mandato de Lula, como a chegada de Guido Mantega ao ministério da Fazenda, constituiu um dos fatores fundamentais para aquilo que Barbosa e Souza (2010) chamaram de inflexão econômica ou suave inflexão nas palavras de Singer (2012). De qualquer modo, independente da terminologia usada, a questão é que a política econômica a partir do segundo mandato do presidente Lula afetaria em cheio aos interesses da base lulista – famílias que ganham até dois salários mínimos.

4.3. REALINHAMENTO ELEITORAL

A presente seção tem como objetivo, em primeiro lugar, validar a hipótese levantada por Singer (2012), segundo a qual teria havido um realinhamento eleitoral nas eleições de 2006 – algo que não ocorrera em 2002, ainda que tenha sido o mesmo candidato a ser eleito. Para dar cabo de tal tarefa, Singer (2012) apresenta inúmeros dados estatísticos (mapas, tabelas, etc.) relativos à distribuição de voto tendo como critérios o nível de escolaridade e a renda familiar. Em um segundo momento, busca-se investigar as motivações econômicas por trás da votação de Lula em 2006 por parte do subproletariado.

De acordo com Singer (2012), o termo “realinhamento eleitoral” foi elaborado nos Estados Unidos para designar a mudança de clivagens fundamentais do eleitorado, que definem um ciclo político longo. Assim, certas conversões de blocos de eleitores são capazes de determinar uma agenda de longo prazo, da qual sequer a oposição ao governo consegue fugir.

Então, Singer (2012) estabelece um paralelo da chegada de Lula ao poder em 2002 com a chegada de Franklin Roosevelt em 1932, quando se forma uma nova maioria capaz de eleger uma agenda política de longo prazo durante a vigência do realinhamento²³. Tanto nos Estados Unidos de Roosevelt quanto no Brasil de Lula a agenda nacional era pautada pelo combate à pobreza.

No caso do Brasil, ainda que adoção da nova agenda se inicie em 2002, é apenas em 2006 que se dá a consolidação do lulismo e o realinhamento eleitoral, em uma eleição marcada, por um lado, pelo afastamento de eleitores da classe média em razão das denúncias de corrupção (crise do mensalão²⁴) e sua adesão à candidatura do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) - bloco do antilulismo. Por outro lado, ocorre uma forte aderência do subproletariado²⁵ (renda familiar de até dois salários mínimos) ao bloco do Partido dos Trabalhadores.

²³ Independente de quem ocupe o poder, a exemplo do que ocorrera nos Estados Unidos em 1952 e 1956 com vitória dos republicanos e depois vitória dos democratas em 1960 e 1964.

²⁴ Segundo Singer (2012), o mensalão teria sido um “cerco político-midiático ao presidente” (SINGER, 2012:53), deixando ele na defensiva durante seis meses. Considera-se, portanto, que a fase aguda com reportagem da Veja de 14 de maio 2005 e terminou quando o presidente Lula concedeu entrevista ao Roda Viva em novembro do mesmo ano.

²⁵ O subproletariado consiste no grupo de trabalhadores que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução sua reprodução em

Este último movimento é explicado, segundo o autor, porque o primeiro governo Lula conseguiu tornar o Estado suficientemente forte ao ponto de combater a pobreza sem, contudo, confrontar a ordem estabelecida e, desta maneira, consegue corresponder às expectativas do subproletariado²⁶. Isto ajuda a entender por qual razão movimentos sociais de grande projeção nacional que confrontam o *status quo* - a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) - não conseguem ter absorção significativa desta parcela social, assim como teve o lulismo.

4.3.1. Eleições de 2006

A polarização entre ricos x pobres²⁷ é possível de ser aferida por meio de pesquisas estatísticas: a reprovação de Lula saltou de 16 % para 40 % entre o eleitorado de ensino superior²⁸. Depois de três meses, ainda que 65 % dos mais ricos preferiam o pré-candidato do PSDB, nos estratos mais pobres da sociedade (famílias que aferiam até cinco salários mínimos) ocorria justamente o contrário: maior aprovação e aceitação do governo Lula²⁹ (SINGER, 2012).

Segundo Singer (2012), o acirramento de classes sociais iria se fortalecer ao longo de 2006, de tal maneira que, havia uma correlação inversa entre renda e o sufrágio no ex-metalúrgico do ABC, ou seja, os estratos sociais que detinham menor poder aquisitivo votavam mais em Lula, ao passo que setores mais escolarizados e com maior acesso à renda destinariam votos ao então pré-candidato Geraldo Alckmin do PSDB (ver Tabela 1).

Como se vê pela Tabela 1, nas vésperas das eleições de primeiro turno em 2006, Geraldo Alckmin quase que empata com o Lula entre o grupo que comporta aqueles que

condições normais” (SINGER, 1981:22 apud SINGER, 2012:77). Neste grupo incluem-se empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores direto e trabalhadores destituídos de condições mínimas de participação na luta de classes (SINGER, 1981).

²⁶ A adoção do receituário ortodoxo nos primeiros anos do governo Lula tinha um fim pragmático: impedir que uma reação do capital provocasse uma reação econômica. No caso de trabalhadores com carteira assinada, o regime democrático oferece oportunidades de autodefesa via organização sindical, no entanto, o mesmo não se pode dizer da camada de baixíssima renda (subproletariado), a qual não conta com esta possibilidade e, portanto, estaria em uma posição mais vulnerável em uma eventual ruptura de Lula ao chegar ao poder (SINGER, 2012).

²⁷ Singer (2012) destaca a objeção feita por Oliveira no que diz respeito a este tipo de polarização. A crítica de Oliveira reside no fato de que não seria possível que 40 milhões de votantes de Alckmin fossem “ricos”. No entanto, Singer faz a ressalva dizendo que dadas as disparidades de renda no país, toda a população que não for composta pelo estrato de baixíssima renda (subproletariado) acaba sendo enquadrado como rico, ou seja, este último grupo também é composto por membros de classe média e classe trabalhadora.

²⁸ Folha de São Paulo de 23 de outubro de 2005 apud Singer, 2012

²⁹ Folha de São Paulo de 5 de fevereiro de 2005 apud Singer, 2012.

aferem renda entre mais de dois salários até cinco salários mínimos. No entanto, ao verificar o eleitorado de baixíssima renda (até dois salários mínimos) torna-se discrepante a diferença, conferindo a Lula uma margem superior de cerca de 26 pontos percentuais. Por outro lado, Alckmin consegue vantagem considerável na outra ponta da sociedade brasileira, com uma vantagem de 15 pontos percentuais entre aquele grupo que angaria mais de dez salários mínimos.

TABELA 1: INTENÇÃO DE VOTO POR RENDA FAMILIAR NO 1 ° TURNO DE 2006

	Até 2 SM	+de 2 a 5 SM	+de 5 a 10 SM	+de 10 SM	TOTAL
Lula	55%	41%	30 %	29 %	45 %
Alckmin	28 %	38 %	45 %	44 %	34 %
Heloísa	6 %	9 %	14 %	11 %	9 %
Cristovam	1 %	3 %	4 %	5 %	2 %
Outros	1 %	1 %	0,3 %	1 %	1 %
BR/Nulos/ind.	8 %	9 %	7%	9 %	9 %
Total	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: IBOPE. PESQUISA COM AMOSTRA NACIONAL DE 3010 ELEITORES REALIZADA ENTRE 28 E 30 DE SETEMBRO DE 2006 APUD SINGER (2012: 55)

TABELA 2: INTENÇÃO DE VOTO POR RENDA FAMILIAR MENSAL NO 2 ° TURNO DE 2006

	Até 2 SM	+de 2 a 5 SM	+de 5 a 10 SM	+de 10 SM	TOTAL
Lula	64 %	56 %	44 %	36 %	57 %
Alckmin	25 %	35 %	46 %	54 %	33%
BR/Nulos/ind	10 %	9 %	11 %	10%	10 %
Total	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %

FONTE: IBOPE. PESQUISA COM AMOSTRA NACIONAL DE 8680 ELEITORES REALIZADA ENTRE 26 E 28 DE OUTUBRO DE 2006 APUD SINGER (2012: 56)

Já na Tabela 2 (p. 45) é possível se confirmar a clivagem social que se iniciou no primeiro turno. Enquanto que o candidato petista conseguiu obter 39 pontos percentuais acima do seu adversário no estrato de renda de até dois salários mínimos, o candidato da oposição Alckmin obteve vantagem expressiva nas camadas mais afortunadas na sociedade, aferindo, portanto, uma vantagem de 18 pontos percentuais entre aqueles que pertencem a famílias que ganham mais de dez salários mínimos.

Ainda que tenha havido igual vitória do candidato do PT, as eleições de 2002 apenas apresentam o aspecto numérico como denominador comum em comparação com as eleições de 2006. No que diz respeito ao perfil do eleitorado, segundo Holzhacker e Balbachevsky (2007), o voto em Lula não estava associado a nenhuma estrato social, ao passo que, em 2006, os eleitores de classe baixa estavam mais inclinados a darem seu voto a Lula (ver Tabela 3).

Assim como há uma clivagem sob a ótica da renda, há também em relação à escolaridade.

Ao observar a Tabela 3, é possível comparar o desempenho de Lula nos segundos turnos dos pleitos de 2002 e 2006 quanto ao nível de renda do eleitorado. Nos estratos de renda mais elevados, Lula (2002) leva a melhor se comparado com Lula (2006) em 11 % e 22 % para os estratos de renda entre cinco e dez salários mínimos e entre cinco e dez salários mínimos, respectivamente. No entanto, estratos de renda mais baixo, quem ganha é Lula (2006) em comparação com Lula (2002), ganhando 12 % e 3 % nos estratos de renda de até um salário mínimo e de um a dois salários mínimos, respectivamente.

TABELA 3: INTENÇÃO DE VOTO POR RENDA FAMILIAR NO 2º TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2002 E 2006 (EM %)

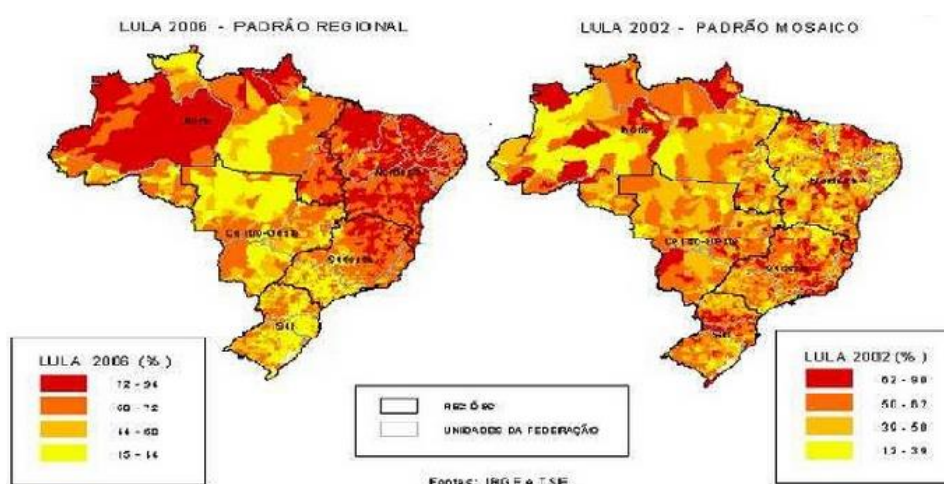
	Eleições de 2002		Eleições de 2006		Diferença 06-02	
	Lula	Serra	Lula	Alckmin	Lula	Oposição
Até 1 SM	57	35	69	24	12	- 11
De 1 a 2 SM	60	31	63	31	3	0
De 2 a 5 SM	61	31	58	36	- 3	5
De 5 a 10 SM	62	31	51	45	- 11	14
Acima de 10 SM	57	33	35	60	- 22	27

FONTE: PESQUISAS IBOPE 21 DE OUTUBRO DE 2002 E 26 DE OUTUBRO DE 2006.

NOTA: OS DADOS SÃO DAS RESPOSTAS ESTIMULADAS. SM = SALÁRIO MÍNIMO.

No Infográfico 1 é possível comparar a distribuição de votos em Lula entre 2002 e 2006, comparando seus resultados nos segundos turnos. Apreende-se que na primeira eleição de Lula, as regiões nas quais ele obtém maior votação (mais vermelho) são um tanto quanto dispersas no mapa do Brasil, se localizando, por ora ou outra, em regiões metropolitanas. A partir de 2006, devido à adesão da fração de classe dos subproletários, a votação em Lula é marcadamente regional, ficando mais acentuando nas regiões mais pobres do Brasil (Norte e Nordeste).

INFOGRÁFICO 1: PADRÕES ESPACIAIS DA VOTAÇÃO DE LULA 2006 E 2002 - % VOTOS POR MUNICÍPIO (2º TURNO)



FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) E TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL(TSE)

TABELA 4: INTENÇÃO DE VOTO POR ESCOLARIDADE NOS SEGUNDOS TURNOS DE 2002 E 2006 (EM %)

	Eleição de 2002		Eleição de 2006		Diferença 02-06	
	Lula	Serra	Lula	Alckmin	Lula	Oposição
Até 4ª série	56	33	66	23	10	- 7
Até 8ª série	60	32	62	26	2	1
Ensino médio	64	29	55	40	- 9	11
Ensino superior	61	32	43	47	- 18	15

FONTE: PESQUISAS IBOPE 21 DE OUTUBRO DE 2002 E 26 DE OUTUBRO DE 2006.

NOTA: OS DADOS SÃO DAS RESPOSTAS ESTIMULADAS

Comparando a tabela 3 (p. 46) com a tabela 4, há uma correlação entre os votantes de Lula nos segundos turnos, ou seja, à medida que se desloca a observação para os estratos de

escolaridade mais elevados, Lula (2006) perde votos proporcionais em relação a Lula (2002) – 9 % e 18 % para os níveis médio e superior, respectivamente. Ao passo que ganha votos proporcionais nas faixas de escolaridade nas quais, *a priori*, estaria a população de baixíssima renda do lulismo, ganhando votos proporcionais de 10 % e 2 % entre o grupo até a quarta-série e oitava série, respectivamente.

4.3.2. As bases materiais da adesão do subproletariado

Para o cientista político da Vox Populi se apontou que

as primeiras pesquisas feitas após o começo do governo captaram uma nítida mudança nas atitudes dos eleitores de classe popular, apontando para o aumento de sua autoestima e da confiança, de que o Brasil iria melhorar, agora que as políticas de governo passariam a ter outra intenção e finalidades: um governo diferente, com gente diferente, fazendo coisas diferentes (COIMBRA, 2007: 7).

A aprovação do governo, segundo Coimbra (2007), foi de que houve aumento do poder aquisitivo de eleitores, com maiores gastos tanto em bens de consumo tradicionais (alimentos, calçados, material de construção) quanto em bens de consumo novos, a exemplo de celulares, DVDs, passagens aéreas.

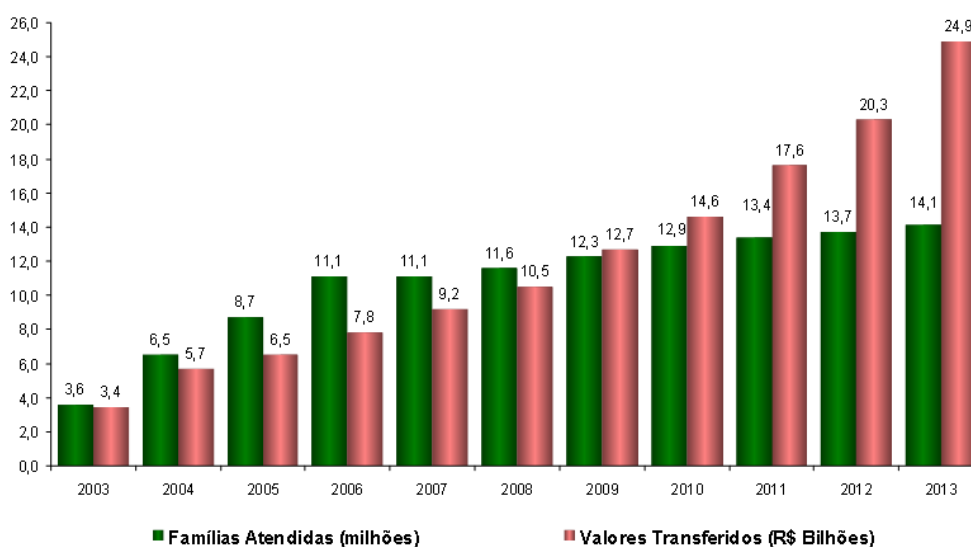
4.3.2.1. Bolsa Família

Em primeiro lugar, o Programa Bolsa Família (PBF)³⁰, o qual se iniciou em setembro de 2003, promove uma gradual melhora nas condições de vida dos mais pobres. Em 2004, o programa recebeu verba 64 % maior e, em 2005, quando explode o “mensalão”, teve um aumento de outros 26 %, mais do que duplicando o número de famílias atendidas - passando de 3,6 milhões em 2003 para 8,7 milhões em 2005. Perto das eleições, o número de famílias foi de 11,4 milhões (SINGER, 2012).

³⁰ O PBF foi a unificação de programas de transferência de renda que existiam no governo de Fernando Henrique (auxílio gás, bolsa escola, etc.), os quais eram uma “cópia” de programas de transferência de renda de governos locais do PT (SINGER, 2012). Segundo Barbosa e Souza (2010), o programa se destina a famílias em situação de extrema pobreza e requer como contrapartida dos beneficiários o acompanhamento da saúde, da nutrição e da frequência escolar das crianças das famílias atendidas.

Para estabelecer uma relação entre o PBF e votação em Lula em 2006, Carrerão (2007) aponta que Lula teve 60 % dos votos válidos do Nordeste ao passo que apenas 33 % no Sul no primeiro turno, levando em consideração que o investimento em PBP no Nordeste foi três vezes maior do que no Sul. Além disso, “Lula obteve percentualmente mais votos nos municípios que receberam mais recursos *per capita* do Bolsa Família” (NICOLAU; PEIXOTO, 2007: 21).

GRÁFICO 4: BOLSA FAMÍLIA – FAMÍLIAS ATENDIDAS E VALOR DOS BENEFÍCIOS



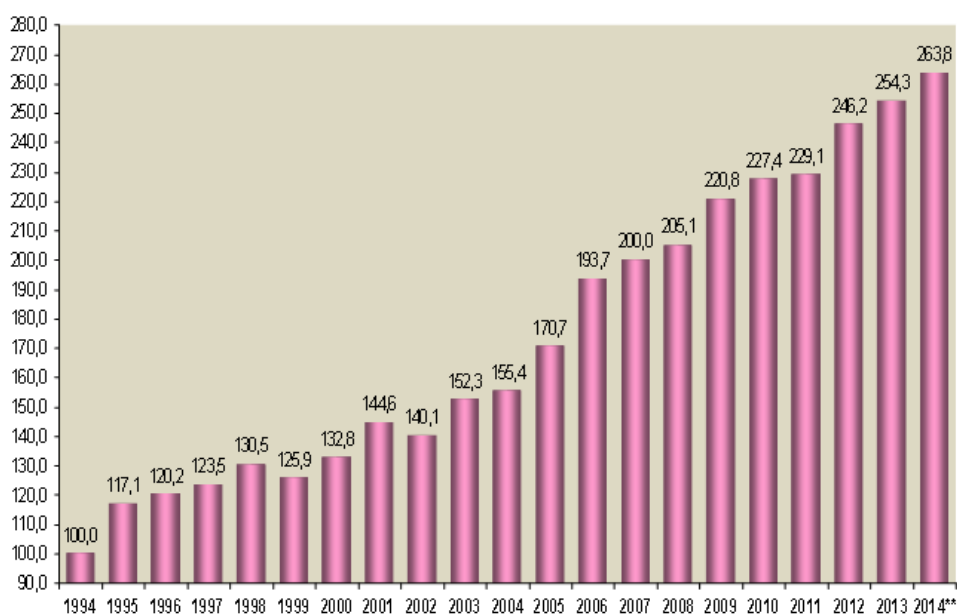
FONTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Como se pode observar o gráfico 4, o ritmo de crescimento de valores transferidos (em bilhões de reais) é maior do ritmo de crescimento de famílias atendidas. Entre 2011 e 2013, por exemplo, o número de famílias atendidas continua em um mesmo patamar, ao passo que os recursos destinados às mesmas no período crescem cerca de 40 % em termos nominais.

4.3.2.2. Política de Valorização do Salário Mínimo

Em segundo lugar, houve incremento de renda nas camadas mais pobres também via valorização real do salário mínimo³¹, a qual, em consonância com o PBF exerceria um papel fundamental em dinamizar as áreas mais pobres do país, nas quais se dão as atividades de pequeno comércio e atividades econômicas vinculadas ao varejo (HUNTER; POWER, 2007 apud SINGER, 2012).

GRÁFICO 5: EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO (1994=100)



FONTE: DIEESE. DEFLACIONADO PELO INPC.* POSIÇÃO EM JANEIRO.

De acordo com o gráfico 5, nos dois governos de FHC - entre 1994 e 1998 - o salário mínimo teve uma valorização de 40,1 % ao longo período, o que confere um crescimento real médio de 4,34 % ao ano. Entre 2002 a 2010 (dois governos Lula), a valorização acumulada do salário mínimo é de 49,31 %, o que sinaliza um crescimento médio de 5,13 % ao ano. Em resumo, comparando a taxa de crescimento médio entre os governos FHC e Lula - 4,34 % e 5,13 %, respectivamente, portanto a taxa de crescimento do governo Lula foi de cerca de 0,8 ponto percentual se comparado ao período FHC.

³¹ A valorização do salário mínimo se dá na ordem de 25 % no primeiro governo Lula. O impacto do aumento real do salário mínimo é significativo para a economia, na medida em que cerca de 10 % da população (beneficiários da Previdência) tinham como receita um salário mínimo. Ver Folha de São Paulo, 17 de fevereiro 2011.

Ao estratificar o período Lula entre o primeiro mandato (pré-lulismo) e o segundo mandato (lulismo), no primeiro e no segundo mandato houve valorizações acumuladas do salário mínimo de, respectivamente, 27,18 % e de 17,39 %. Isto significa que, no período pré-lulismo e no lulismo houve valorizações médias de 6,19 % e de 4,09 % ao ano, respectivamente.

4.3.2.3. Crédito Consignado

Em terceiro lugar, houve a inovação do crédito consignado. Como destaca os economistas pertencentes ao *staff* econômico à época:

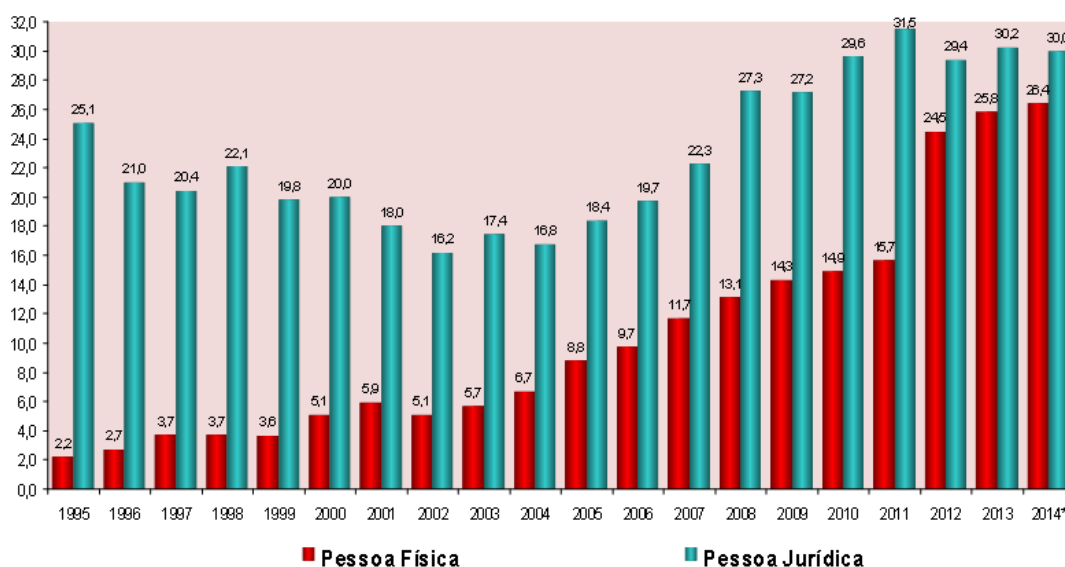
Fruto de uma iniciativa da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o crédito consignado começou com um acordo entre os sindicatos e as instituições financeiras ao final de 2003. Nos anos seguintes, o mesmo produto foi estendido aos servidores públicos e aos aposentados pelo INSS, ampliando substancialmente a oferta de crédito às famílias. Apesar das altas taxas reais de juros cobradas no crédito consignado, o crescimento dos salários reais e a grande demanda reprimida de crédito por parte das famílias brasileiras acabariam resultando em um crescimento acelerado de tais operações a partir de 2004 (BARBOSA; SOUZA, 2010: 66).

Concebido em 2004, o crédito consignado permitia aos bancos descontar mensalmente da folha de pagamento do assalariado ou do aposentado as parcelas de seu empréstimo. Como a parcela era retida diretamente da folha de pagamentos, o nível de inadimplência cai, o que, por sua vez, reduz o risco de empréstimo da instituição financeira, o que diminui a taxa de juros (SINGER, 2012).

Portanto, com uma taxa de juros mais competitiva, o crédito consignado tinha como objetivo “expandir o financiamento popular, que incluiu uma multiplicação expressiva do empréstimo à agricultura familiar [...], do microcrédito e da bancarização de pessoas de baixíssima renda” (SINGER, 2012:67).

Como se pode observar pelo gráfico 6, há uma expansão tanto para a pessoa física quanto para a pessoa jurídica na economia brasileira, no entanto, em um ritmo mais forte à primeira em relação à última. Isto é possível de ser comprovado via redução da relação crédito pessoa jurídica/crédito pessoa física, a qual salta de 11,4 em 1995 para 1,13 em 2014.

GRÁFICO 6: CRÉDITO A PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS. SALDO EM FINAL DO PERÍODO (% DO PIB)

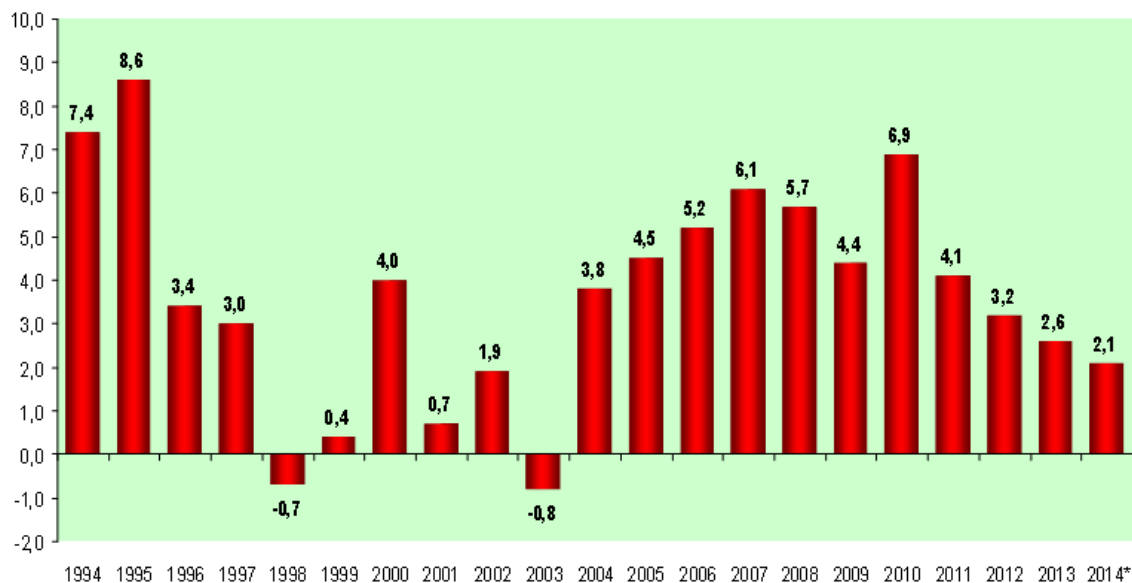


FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL. * DADOS DE JUNHO.

Sendo assim, a conjunção do tripé formado por PBF, política de valorização do salário mínimo e crédito consignado fez com que a economia voltasse a crescer e a gerar empregos entre os anos de 2004 e 2005, sendo puxado pelo consumo das famílias.

Ao observar o gráfico 7 (p. 53), percebe-se que no primeiro ano do mandato do governo Lula o consumo das famílias apresenta um efeito negativo como uma resposta ao aprofundamento da política econômica conservadora (elevação da meta do resultado primário, aumento da taxa básica de juros, redução dos gastos). No entanto, já a partir de 2004, o consumo das famílias apresenta uma aceleração de crescimento que vai até 2007- o qual apresenta um crescimento anual médio de 4,9 % ao ano. Depois disto há uma desaceleração - ainda que apresente crescimento anual positivo - até 2009.

GRÁFICO 7: CONSUMO DAS FAMÍLIAS (VARIAÇÃO ANUAL EM %)



FONTE: IBGE. * ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 4 TRIMESTRES - JUNHO 2014

Em resumo, os dados estatísticos evidenciam que a hipótese de Singer (2012) no curto prazo é mantida como verdadeira, no entanto, se o realinhamento eleitoral vai perdurar no longo prazo, apenas o tempo aliado a pesquisas podem dizer no futuro.

As bases materiais que atraíram o voto do subproletariado - o tripé de políticas econômicas (Bolsa Família, crédito consignado e valorização do salário mínimo) como apontam os gráficos evidenciam uma preferência do eleitorado de baixíssima renda à candidatura Lula em 2006. Por último, cabe a pergunta: por quais razões este perfil de eleitor vai votar em Lula apenas em 2006 e não nos pleitos anteriores? Para responder tal pergunta, é necessária a leitura da seção seguinte.

4.4. O CONSERVADORISMO POPULAR

Segundo Singer (2012), o único momento em que houve polarização por renda desde o processo de redemocratização foi durante o segundo turno nas eleições presidenciais de 1989. Collor conseguiu uma diferença de 10 pontos percentuais no estrato de renda que aferia até dois salários mínimos, Lula obtinha vantagem semelhante nos estratos mais abastados (com mais de dez salários mínimos) (ver Tabela 5, p. 54).

TABELA 5: INTENÇÃO DE VOTO POR RENDA FAMILIAR NO SEGUNDO TURNO DE 1989

	Até 2 SM	+de 2 a 5 SM	+de 5 a 10 SM	+de 10 SM
Collor	51 %	43 %	40 %	40 %
Lula	41 %	49 %	51 %	52%
Nenhum/BR/Nulos/ind.	8 %	8 %	9 %	8%
Total	100 %	100 %	100 %	100 %

FONTE: IBOPE. PESQUISA COM AMOSTRA NACIONAL DE 3650 ELEITORES REALIZADA ENTRE 13 E 16 DE DEZEMBRO DE 1989 APUD SINGER (1990A)

Ao contrário do pleito de 2006, nas eleições de 1989 era o adversário de Lula que ganhava mais sufrágios à medida que se reduzia a renda do eleitorado, ao ponto de Lula, após o fim do segundo turno arrematou:

A verdade nua e crua é que quem nos derrotou, além dos meios de comunicação, foram os setores menos esclarecidos e mais desfavorecidos da sociedade [...]. Nós temos amplos setores da classe média com a gente - uma parcela muito grande do funcionalismo público, dos intelectuais, dos estudantes, do pessoal organizado em sindicatos, do chamado setor médio da classe trabalhadora. [...] A minha briga é sempre esta: atingir o segmento da sociedade que ganha salário mínimo. Tem uma parcela da sociedade que é ideologicamente contra nós, e não há por que perder tempo com ela: não adianta um empresário que é contra o Lula a ficar do lado do trabalhador. Nós temos que ir para a periferia, onde estão milhões de pessoas que se deixam seduzir pela promessa fácil de casa e comida (SINGER, 1990b: 98-99).

Segundo Singer (2012), a perda do eleitorado mais pobre por parte do PT em 1989 se devia a uma postura mais conservadora deste próprio eleitorado. De acordo com pesquisa, por exemplo, os eleitores de baixíssima renda eram mais hostis à greve em comparação com o eleitorado mais abastado, ao contrário do que se pressupõe o senso comum:

Portanto, o subproletariado era avesso tanto às greves quanto à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva em 1989, à medida que Lula ainda era um símbolo do sindicalismo brasileiro. De acordo com Singer (2012), tal fração de classe podia ser considerada como uma direita peculiar, na medida em que era favorável à intervenção do Estado à economia sem, contudo, defender movimentos que viessem a desestabilizar a ordem. Como a esquerda era tida como uma solução que colocava a ordem em risco, então, era preterida em relação à direita. Assim, a solução para combater as desigualdades deveria vir do alto (Estado), de uma autoridade constituída que pudesse defender os mais pobres sem ameaçar a estabilidade.

TABELA 6: CONCORDÂNCIA/DISCORDÂNCIA COM O USO DE TROPAS CONTRA GREVES POR RENDA FAMILIAR MENSAL, 1990.

	< 2 SM	+de 2 a 5 SM	+de 5 a 10 SM	+de 10 SM	+de 20SM
Concorda	41,6 %	24,3 %	15,7 %	15,7 %	8,6 %
Discorda	49,2 %	63,9 %	72,1 %	70,1 %	73,6 %
Depende	4,4 %	8,1 %	9,7 %	13,4 %	13,4 %
Não Sabe	4,8 %	3,7 %	2,5 %	0,7 %	4,3 %

FONTE: CULTURA POLÍTICA (CONSÓRCIO USP/CEDEC/DATAFOLHA), PESQUISA REALIZADA COM AMOSTRA NACIONAL DE 2480 ELEITORES EM MARÇO DE 1990 APUD SINGER (1993).

Como sinaliza Singer (2012), ainda que tenha ocorrido o impedimento do presidente Collor, isto não afetou o comportamento do eleitorado mais pobre nas próximas eleições presidenciais de 1994 e 1998, dando continuidade, portanto, ao “conservadorismo popular”. Assim, nas duas campanhas seguintes Fernando Henrique Cardoso conseguiu mobilizar eleitores de menor renda contra a esquerda.

Segundo Mendes e Venturi (1994 apud Singer, 2012), o melhor resultado de Lula em 1994 ocorreu entre estudantes, assalariados registrados com escolaridade secundária ou superior e entre a burocracia, enquanto que trabalhadores sem registro formal deram maior votação ao candidato Fernando Henrique. Já em 1998, a campanha conseguiu convencer de que Fernando Henrique seria melhor condutor no país em meio à crise internacional que ameaçava a estabilidade conquistada quatro anos antes³².

É apenas em 2002 que o ex-metalúrgico do ABC consegue vencer as eleições presidenciais

depois de unir-se a partido de centro-direita, anunciar candidato a vice de extração empresarial, assinar carta-compromisso com garantias ao capital e declarar-se o candidato da paz e do amor, Lula contava com menos intenção de eleitores de renda mais baixa do que entre os de renda superior (SINGER, 2012: 62).

Para Hunter e Power (2007:334 apud Singer, 2012), “nas quatro tentativas de Lula [...], ocorridas entre 1989 e 2002, encontram-se os eleitores com maior nível de escolaridade, concentrados principalmente nos estados mais urbanos e industriais do Sul e Sudeste”.

³² Ver Paul Singer, “No olho do furacão”, Teoria e Debate, vol. 2, n. 2, dez. 1994

Em resumo: a contradição presente nesta seção reside no fato de que as camadas mais pobres, ao contrário do que pressupõe o senso comum, são contrárias a qualquer movimento que ponha a ordem em risco, portanto, constitui uma fração de classe com posicionamento conservador. Tendo seus interesses razoavelmente atendidos no primeiro mandato de Lula, tal fração de classe vota em massa em Lula em 2006 e uma agenda política posta no Brasil de combate à pobreza faz com que Singer (2012) estabeleça uma relação entre o Brasil de Lula e os Estados Unidos de Roosevelt, assunto a ser tratado na próxima seção.

4.5. O *NEW DEAL* BRASILEIRO

A presente seção tem como foco tratar a agenda política nacional de combate à pobreza no governo Lula. Na primeira fase de seu mandato, ainda que tenha que acomodar a política econômica aos interesses do capital com aprofundamento das políticas ditas ortodoxas, a equipe econômica não negligenciou as camadas mais pobres da população. Assim, em um segundo momento, apresenta-se dados estatísticos acerca do aumento da “classe C” e a concomitante redução de pobres no país.

Ao citar Marx, segundo o qual é comum aos atores de certa época buscar imagens no passado para as ações no presente, o cientista social Singer (2012) estabelece no terceiro capítulo do seu livro um paralelo entre o governo de Roosevelt nos Estados Unidos da década de 1930 (*New Deal*) com o segundo mandato do governo de Lula.

Para o autor, “a instauração de ambiente rooseveltiano no país foi alavancada a partir de 2007 pela aceleração do crescimento, pela geração de emprego e pelo modo de enfrentar a crise financeira internacional de 2008” (SINGER, 2012: 126). Para embasar tal comparação, Singer (2012) elenca três aspectos:

- 1) Para Hunter e Power (2007) o Programa Bolsa Família³³, lançado em 2003, é comparável ao *Social Security Act*, um sistema de previdência pública instituído por Roosevelt em 1935;

³³ Para Hunter e Power (2007), assim como o *Social Security Act*, o Programa Bolsa Família se tornaria um “terceiro trilho”, ou seja, aquilo que é intocável sob pena de morte política. Vale ressaltar que a candidata Dilma

- 2) Sob a ótica de dois economistas que pertenceram ao *staff* econômico do governo Lula,

a superação de dogmas recentes encontra paralelos em momentos nos quais os Estados das economias capitalistas centrais optaram pela ruptura de seus modelos de atuação [...]. Assim foi, por exemplo, com o *G. I. Bill* (1944) e com o *Employment Act* (1946) [...] (BARBOSA; SOUZA, 2010:98 apud SINGER, 2012:127).

Segundo Singer (2012), o *G.I. Bill* dava direito aos militares veteranos dos Estados Unidos que retornavam da Segunda Guerra Mundial a ingressar nas universidades, enquanto que o *Employment Act* atribuiu ao governo federal norte-americano à incumbência de promover oportunidades de emprego. Por último, desde a Segunda Guerra o governo americano havia reconhecido sua responsabilidade pela manutenção do pleno emprego;

- 3) Assim como nos Estados Unidos do pós-guerra, no Brasil sob a égide do lulismo verifica-se eixo central das principais campanhas presidenciais de 2010 (Serra, Dilma e Marina) o combate à pobreza - inclusive o *slogan* do primeiro mandato de Dilma é: Brasil, país rico é país sem pobreza. Assim, como relata Krugman (2010 apud Singer, 2012) sobre a sensação admirável de viver em uma comunidade em que a maioria das pessoas leva uma vida material reconhecidamente decente e similar - referindo-se à época estadunidense. Nos anos mais recentes há o objetivo de tornar o Brasil um ‘país de classe média’ (*New Deal* brasileiro).

4.5.1. Combate à pobreza monetária e “Nova classe média”

De acordo com o IPEA, entre 2003 e 2008 o percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza absoluta no Brasil³⁴ se reduziu de 36 % para 23 %, ao passo que, durante o governo tucano de oito anos tal percentual se manteve estável - de 35 % em 1995 para 34 % em 2002.

Rousseff tinha como objetivo ampliar o PBF para a totalidade da população pobre, inclusive a oposição (José Serra) defendia dobrar o programa Bolsa Família. Em suma, nenhum candidato propõe eliminar ou reduzir a amplitude do conhecido programa de transferência de renda.

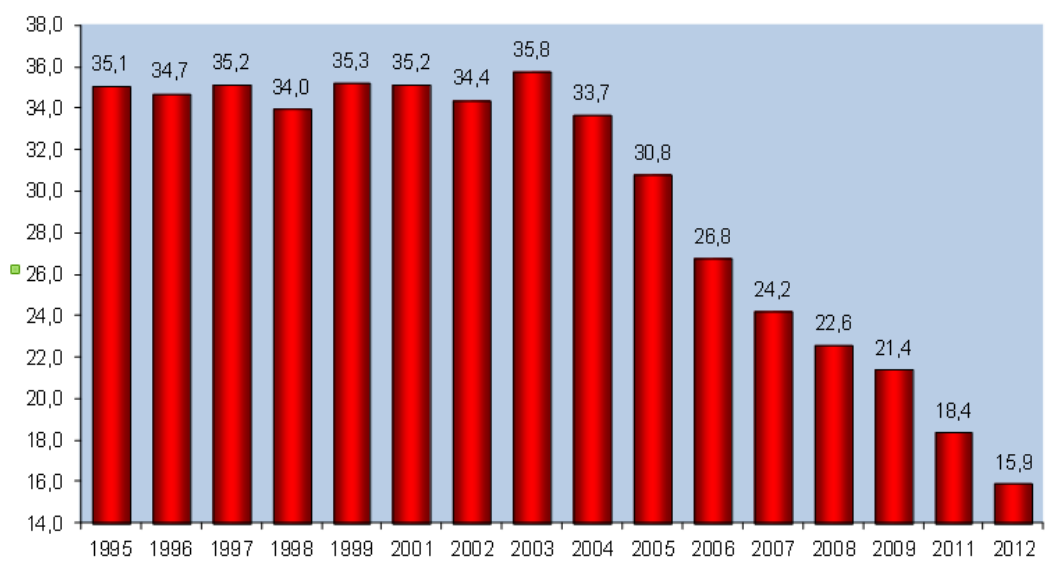
³⁴ Considera-se linha da pobreza pessoas com rendimento inferior ao valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, tendo como base as informações nutricionais providas pela FAO e pela OMS.

Como se pode ver pelo gráfico 8, a trajetória de descendência da taxa de pobreza se inicia no ano de 2003, saindo de uma taxa de 35,8 % para 15,9 % em 2012, o que representa uma queda de 14,65 % da taxa de pobreza.

Segundo Singer (2012), a melhoria da renda de 20 milhões de pessoas fez com que este contingente de pessoas atravessa a vivida da pobreza absoluta. Houve uma valorização de 33 % do salário mínimo entre 2003 e 2008, significando que houve aumento do número de cidadãos que passou a viver com mais de meio salário mínimo - tal medida é utilizada pelo IPEA para aferir pobreza absoluta.

A superação da pobreza, como sinaliza Singer (2012) não significa que o contingente que se emancipou se tornou automaticamente classe média, isto sinaliza que este grupo passa a ter acesso a recursos suficientes para se alimentar. Ainda assim não será o fim da pobreza³⁵, mas o fim da pobreza absoluta monetária, aquela que impede a pessoa de se alimentar. Isso, segundo Singer (2012), já pode ser considerado o ponto de partida para o *New Deal* brasileiro.

GRÁFICO 8: TAXA DE POBREZA (% DA POPULAÇÃO)



FONTE: IPEADATA. NOTA: 1994, 2000 E 2010 NÃO FORAM PUBLICADOS

Neri (2010) adota como critério para pertencer à classe C pessoas com renda domiciliar entre 1126 e 4854 reais - preços a 2009 na Grande São Paulo. Assim, tal classe

³⁵ Singer (2012) adota a concepção de pobreza aquela que consiste na privação de capacidades básicas, na linha do prêmio Nobel Amartya Sen e também do economista brasileiro José Eli da Veiga.

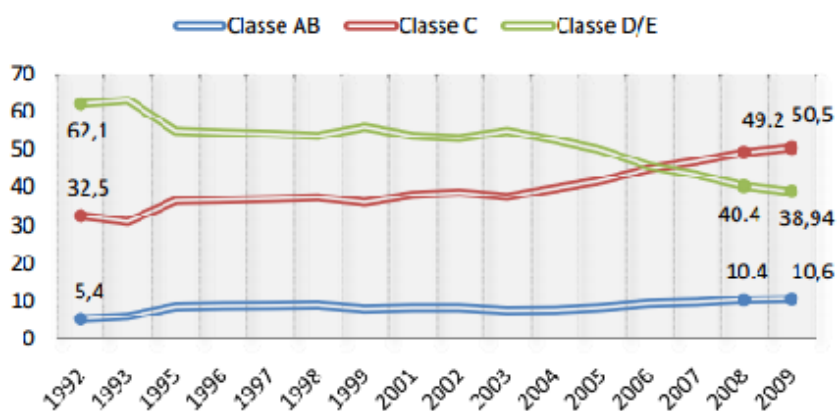
passou de 38 % da população em 2003, chegando a 50 % em 2009 (NERI, 2010:31 apud SINGER, 2012:135). Portanto, teria havido o ingresso de 29 milhões na classe C - a famosa “nova classe média” do Governo Lula.

TABELA 7: DEFINIÇÃO DE CLASSES ECONÔMICAS SEGUNDO A RENDA DOMICILIAR TOTAL(LIMITES EM R\$)

	Inferior	Superior
Classe E	0	705
Classe D	705	1126
Classe C	1126	4854
Classe B	4854	6329
Classe A	6329	

FONTE: (NERI, 2010: 30). NOTA: A PREÇOS DE 2009 NA GRANDE SÃO PAULO

GRÁFICO 9: EVOLUÇÃO DAS CLASSES ECONÔMICAS



FONTE: (NERI, 2010: 13)

Houve forte incremento da classe C e redução das classes D/E, ao passo que as classes econômicas mais abastadas (A/B) não apresentaram significativa variação (ver gráfico 9).

O professor Singer (2012) aponta duas críticas a esta “nova classe média”: em primeiro lugar, a amplitude da classe C é, de longe, a maior de todas as classes apontadas (ver Tabela 7), multiplicando em mais de quatro vezes a renda mínima para ingressar nela. Assim,

o autor defende que os limites estabelecidos para as classes B e D fossem ampliados para que a classe C obtivesse uma amplitude mais homogênea.

A segunda crítica de Singer (2012) reside na própria concepção do termo classe média, segundo a qual a classe média tradicional é aquela que realizou suas conquistas no passado e hoje tem seus ganhos estabilizados (Souza e Lamounier, 2009 apud Singer, 2012).

De acordo com pesquisa realizada por Souza e Lamounier (2009), 16 % dos brasileiros se veem como pertencentes à classe média baixa. Do outro lado, 19 % dos brasileiros se veem como membros da classe trabalhadora. Somados estes dois grupos constituem esse grupo intermediário (classe C), o qual não significa necessariamente pertencer à classe média. Em outras palavras: não faz sentido chamar essa “nova classe C” de “nova classe média” na medida em que maior parte se vê como classe trabalhadora. Como sinaliza Singer (2012), faz mais sentido se falar em novo proletariado do que nova classe média.

Para a professora de filosofia da Universidade de São Paulo Chauí (2013), torna-se necessário realizar um corte de classe de inspiração marxista, rejeitando, portanto, o corte sob viés estritamente econômico vinculado à renda, ou seja, dizer que uma família é pertencente a uma determinada classe social, sendo esta classe média ou não, não se faz apenas olhando para o nível de renda da instituição familiar, porque não seria tido como um critério suficiente para conduzir um corte de classe social. Ao apontar uma perspectiva distinta de Neri (2010), sendo esta última baseada exclusivamente no fator renda, Chauí (2013) aponta que na sociedade a classe social se constitui como sujeito político, social, cultural e moral, embreado na luta de classes.

Portanto, assim como a concepção de classe social está para além do nível de renda das famílias, isto significa dizer que o nível de consumo – o qual é determinado, dentre outras variáveis, pelo nível de renda – não é determinante para estabelecer um corte de classe social. Sendo assim, as recentes “conquistas de consumo” da “nova classe C” com maior capacidade de financiamento de bens duráveis (automóveis e eletrodomésticos, p. ex.) explicada, por sua vez, pela valorização do salário mínimo e pela melhoria de acesso ao crédito não torna esta “nova classe C” necessariamente em uma “nova classe média”. Tal fenômeno socioeconômico representaria, portanto, uma ampliação da classe trabalhadora.

Em resumo: ainda que tenha havido indiscutíveis avanços no combate à pobreza durante o governo Lula, passa a ser cada vez mais questionada a aplicação do conceito de “nova classe média” à expansão da classe trabalhadora. O que se pode perguntar é em que medida a redução das desigualdades sociais apresentam correlação com as condições

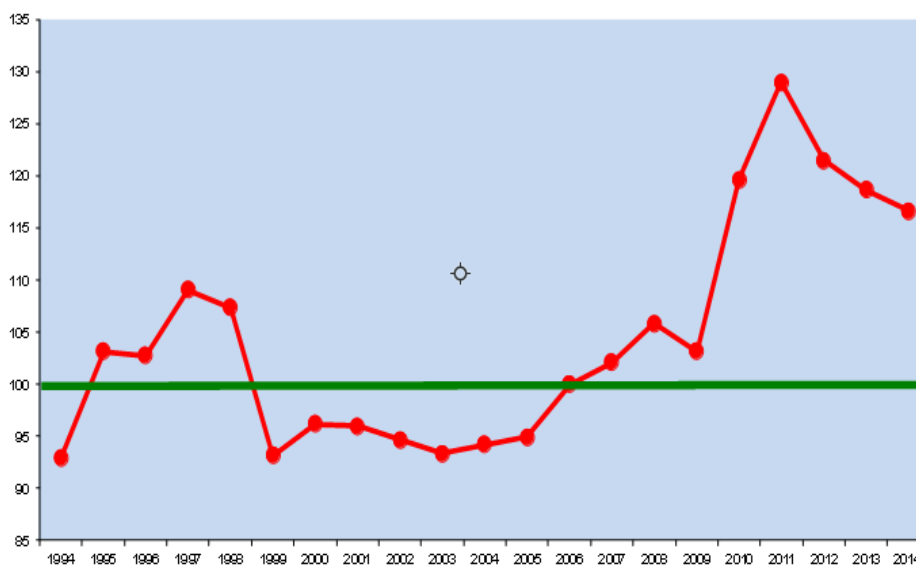
internacionais favoráveis, em especial, a valorização das *commodities*? Assunto a ser tratado na próxima seção.

4.6. O LULISMO E A DEPENDÊNCIA DAS *COMMODITIES*

Segundo Singer (2012), existe um ponto de vista que o lulismo apenas se sustenta sob os alicerces da situação internacional favorável e que, uma vez que tal conjuntura externa for extinta, tal fenômeno sociológico (lulismo) iria ser sucumbido em conjunto.

Dentre os fatores externos, um dos que mais alavancou a economia brasileira na década dos anos 2000 foi o chamado *boom* das *commodities* - as quais tiveram uma valorização média de 89 % no período 2002-2006³⁶ (ver gráfico 10)

GRÁFICO 10: EVOLUÇÃO DOS TERMOS DE TROCA (1994-2014)

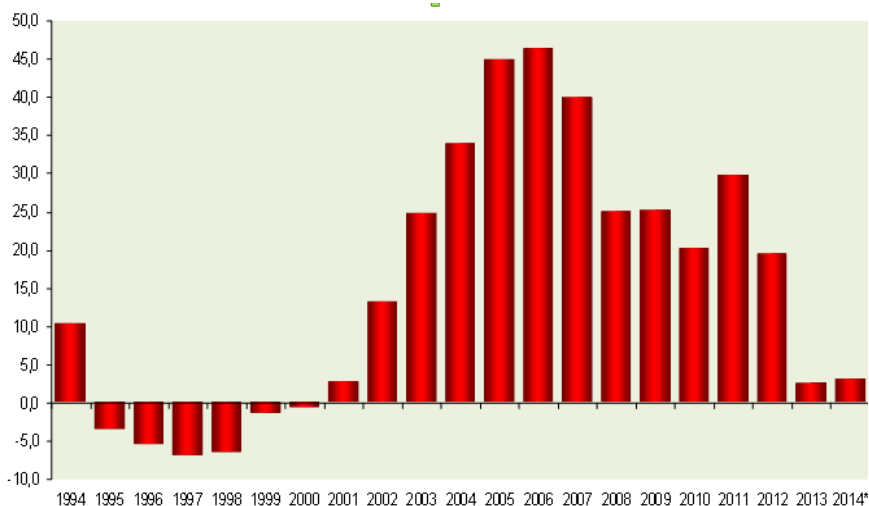


FONTE: FUNCEX

Além disso, índice de termos de troca apresenta um ganho de cerca de 30 % até o final do segundo mandato do governo Lula. Esta melhoria dos termos de troca apresenta um impacto extraordinário para o resultado da economia brasileira, em especial, no que tange às exportações líquidas (ver gráfico 11).

³⁶ Ver Libânio (2008).

GRÁFICO 11: SALDO DA BALANÇA COMERCIAL 1994-2014 (US\$ BILHÕES)



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL. * DADOS ACUMULADOS NOS ÚLTIMOS MESES ATÉ JUNHO

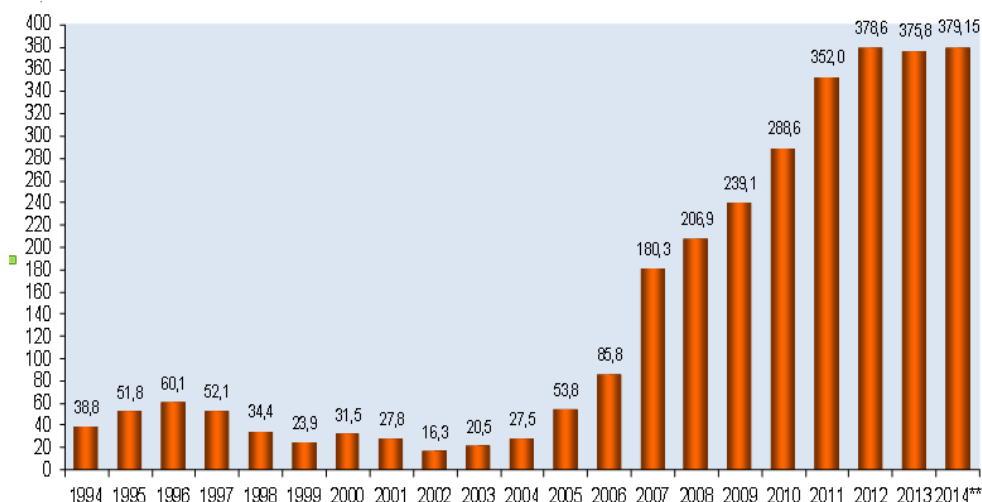
Como se pode observar pelo gráfico 10 (p. 61), ao longo dos dois mandatos do governo Lula houve uma trajetória ascendente do índice de termos de troca, o qual aponta sua inflexão apenas no primeiro ano do primeiro governo Dilma.

Segundo Prates (2007 apud Singer, 2012), a valorização das *commodities* pode ser explicada por três fatores: recuperação econômica global, a desvalorização do dólar, a bolha especulativa fomentada pelas baixas taxas de juros nos países centrais e o crescimento econômico da China.

O saldo da balança comercial mais do que triplicou em cinco anos (ver gráfico 11), o qual saltou de 13,2 bilhões de dólares em 2002 para 46,6 bilhões de dólares em 2006. Aliado a este fator, houve uma expansão da liquidez internacional e ambos os movimentos foram fundamentais para que o Brasil pudesse elevar o nível de reservas internacionais.

A efeito estatístico, para o decênio entre 2003 e 2013 o nível de reservas internacionais salta de 20,5 bilhões de dólares para 375,8 bilhões de dólares, ou seja, a taxa média de crescimento das reservas internacionais neste período foi da ordem de 33 % ao ano. A trajetória de ascendência do nível de reservas internacionais muda no segundo ano do mandato de Dilma, quando o patamar se estabiliza (ver gráfico 12, p. 63).

GRÁFICO 12: EVOLUÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS (US\$ BILHÕES)



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL. * DE 1998 A 2005 OS DADOS CORRESPONDEM AO CONCEITO DE RESERVAS LÍQUIDAS AJUSTADAS. ** DADOS DE JUNHO

A questão colocada por Singer (2012) é que, ainda que Lula tenha adotado e aprofundado políticas neoliberais do seu antecessor no primeiro mandato, ainda assim, conseguiu dinamizar o ritmo da economia brasileira. Em comparação com o segundo mandato de FHC, o primeiro mandato de Lula promoveu um crescimento médio 67 % maior na economia (3,5 % em comparação com 2,1 %) (SINGER, 2012).

A opção feita logo no início do primeiro mandato de Lula aponta, de um lado, o já supracitado aprofundamento das políticas neoliberais com redução de gastos para pessoal e investimentos e, de outro lado, a expansão de transferência de rendas às famílias em situação de vulnerabilidade social (Programa Bolsa Família) (como se vê na no quadro 1, na página 64).

Segundo Singer (2012), com a reeleição de Lula foi possível adotar política monetária com redução do nível de juros, conferindo maior margem de receita para que o governo expandisse sua política fiscal em direção aos subgrupos de “pessoal e encargos” e “investimentos” - tais setores cujos recursos ficaram represados em razão das políticas econômicas adotadas no primeiro mandato no governo Lula.

Para quem estava dentro da equipe econômica do governo, a linha de análise vai ao mesmo sentido:

a aceleração do crescimento do PIB e a minirreforma tributária geraram um ganho de receita para o setor público no biênio 2004-2005. No âmbito federal, tal ganho foi destinado basicamente para dois fins: aumentar o resultado primário, de modo a reduzir o tamanho da dívida pública em relação ao PIB, e ampliar as transferências de renda às famílias mais pobres, com o objetivo de reduzir a desigualdade na distribuição de renda (BARBOSA; SOUZA, 2010).

QUADRO 1: PERFIL DO GASTO PÚBLICO NO GOVERNO LULA (EM % DO PIB)

	2002	2003	2004	2005	2010
Receita Bruta	21,7	21	21,6	22,7	23,8
Pessoal e encargos	4,8	4,5	4,3	4,3	4,7
Transferência	6,8	7,2	7,7	8,1	9
Investimentos	0,8	0,3	0,5	0,5	1,2

FONTE: VALOR ECONÔMICO, 27 DE DEZ. 2010; ELABORAÇÃO: NELSON BARBOSA. EDITADO POR ANDRÉ SINGER.

NOTA: TRANSFERÊNCIA = TRANSFERÊNCIA DE RENDA ÀS FAMÍLIAS

Além disso, segundo Singer (2012), conforme crescia a economia, maiores eram os recursos tanto ao principal programa de transferência de renda (Programa Bolsa Família) quanto para gerar valorização do salário mínimo.

Assim, ao chegar a crise de 2008, “foi possível apresentar aos capitalistas a perspectiva de vender carros e casa para uma classe C ampliada no Brasil, pois ela já existia” (SINGER, 2012: 179).

Portanto, o cientista político da Universidade São Paulo estabelece a seguinte relação entre o lulismo e o *boom* das *commodities*:

Embora a situação da economia mundial tenha funcionado como um fator do sucesso do lulismo, a ativação do mercado interno por meio do aumento do consumo dos mais pobres e a reconstituição de instrumentos estatais para induzir a atividade econômica foram elementos autônomos, que dependeram de decisões políticas internas. [...] a durabilidade do lulismo não depende exclusivamente das condições externas (SINGER, 2012: 180).

Em resumo: Como salienta Singer (2012), a valorização das *commodities* dá força ao lulismo, mas não é capaz de explicá-lo sozinho. A partir desta seção há dois possíveis estudos a ser realizados: (i) estabelecer um modelo econométrico que explicasse em que grau a

valorização das *commodities* interfere nas políticas de distribuição de renda; (ii) tendo em vista a piora dos termos de troca (ver gráfico 10, p. 57) a partir de 2011, observar em que medida isso foi decisivo ou não para a manutenção da base lulista nas eleições de 2014 para presidente da República.

4.7. LULISMO COMO REFORMISMO FRACO

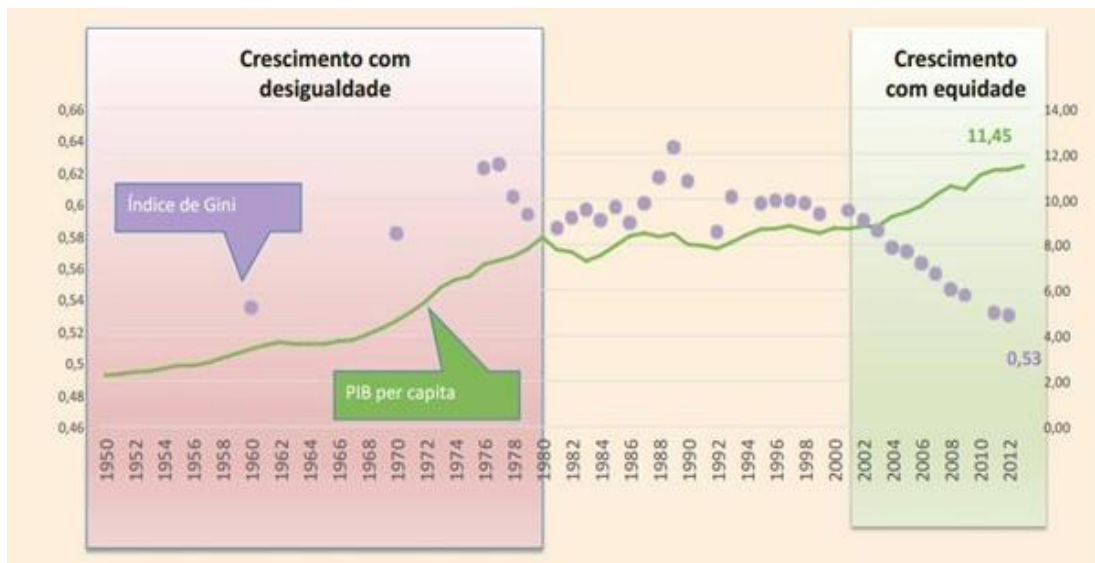
De acordo com Singer (2012), há três correntes que contestam o traço igualitário do lulismo: a primeira contesta os próprios instrumentos; a segunda aponta que políticas compensatórias de cunho neoliberal - a exemplo da Bolsa Família - seriam responsáveis pelos avanços obtidos e terceiro diz que o avanço promovido pelo lulismo é lento, ao ponto de não promover mudanças estruturais. A seguir será observada cada uma das abordagens quanto à capacidade de transformação do lulismo.

4.7.1. A crítica aos instrumentos

Como aponta o gráfico, o período que compreende os anos de 1950 e até o final dos anos de 1970 foram marcados crescimento econômico *per capita* sem, entretanto, ter havido distribuição de renda. Muito pelo ao contrário, houve um aprofundamento e concentração de renda no período.

A partir da segunda metade de 2002, o nível de distribuição de renda (índice de Gini) apresenta melhoria: vai de 0,58 (2002) para 0,53 (2010), enquanto que nos governos de Fernando Henrique houve manutenção do nível de desigualdade de renda - indo de 0,59 em 1995 para 0,58 em 2002. A maior distribuição de renda fez com que, entre 2001 e 2009, “a renda dos 10 % mais pobres cresceu 456 % mais do que a os 10 % mais ricos” (NERI, 2010: 40 apud SINGER, 2012:181).

GRÁFICO 13: PIB PERCAPITA [EIXO DIREITO] E ÍNDICE DE GINI [EIXO ESQUERDO] – 1950-2002



FONTE: IPEADATA

No que diz respeito à desigualdade funcional da renda os indicadores também apresentaram melhorias, como se pode observar pelo quadro 2 a seguir:

QUADRO 2: PROPORÇÃO DE SALÁRIOS NO PIB, BRASIL, 1995-2009.

1995	2002	2004	2007	2009
35,2 %	31,4 %	30,8 %	32,7 %	35,1 %

FONTE: CÁLCULO DE JOÃO SICSÚ SOBRE CONTAS NACIONAIS DO IBGE (2009: ESTIMATIVA DE SICSÚ), VIA TEORIA E DEBATE, N. 88, MAIO/JUN. 2010. P. 14 APUD SINGER (2012:231)

A crítica quanto a estas metodologias é que “é difícil obter bons dados sobre a distribuição da renda, particularmente na base e, sobretudo, no topo da escala” (THERBORN, 2006:29 apud SINGER, 2012:182). Segundo o autor, muitos ricos tendem a omitir parte da renda nas pesquisas. Além disto, em poucos países do mundo os impostos são usados como fonte de dados.

4.7.2. Avançando com programas de cunho neoliberal

Singer (2012) se furta a aprofundar tal corrente. No mais, se exime em dizer que os programas de transferência de renda não foram o principal mecanismo pelo qual se deu a desigualdade de renda. Segundo o autor, Neri (2010) aponta que os rendimentos do trabalho foram responsáveis por 66 % da redução da desigualdade. Portanto, “o fator fundamental na redução da desigualdade durante o governo Lula foi o expressivo aumento do emprego e da renda” (SINGER, 2012: 184).

4.7.3. Avanço lento, sem mudar a estrutura

Tal vertente encontra apoio nos próprios dados do Índice de Gini, isto é, ainda que o país tivesse avançado na redução da desigualdade, esta se deu de maneira ainda a manter o país como umas das nações mais desiguais do mundo.

Em síntese, tal seção busca fornecer as motivações pelas quais o lulismo constitui um reformismo fraco. A questão a ser posta é que, se fosse um reformismo forte – a exemplo das mudanças radicais defendidas pelo Partido dos Trabalhadores até 2002 – pode ser que não teria sido possível promover o tal realinhamento eleitoral em virtude do caráter conservador das camadas sociais mais pobres.

4.8. SOCIAL DESENVOLVIMENTISMO

O social-desenvolvimentismo surgiu do estruturalismo da CEPAL, em consonância com a Escola de Campinas (Instituto de Economia da Unicamp) e também com a participação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tal seção tem como objetivo analisar os principais pontos defendidos por tal estratégia de desenvolvimento.

A estratégia de desenvolvimento defendida pelo social-desenvolvimentismo é direcionada pelo investimento do setor produtivo estatal, nacional e estrangeiro, dando maior destaque ao social e ao mercado interno mediante valorização dos salários e do consumo de massas como principais determinantes do crescimento (BIELSCHOWSKY, 2012). Portanto,

em comparação com a estratégia novo-desenvolvimentista, dá-se maior ênfase ao Estado em detrimento do mercado.

Para Bielschowsky (2001), um círculo virtuoso de crescimento econômico pode ser obtido por meio de aumento de salários, o qual induziria a novos investimentos, o que por suas vezes, aumentariam a produtividade e aumentos de salários, e assim sucessivamente. Segundo o autor, existem três fatores que poderiam delimitar o êxito da estratégia econômica: (i) criação suficiente de empregos; (ii) disponibilidade de recursos fiscais e (iii) atenuação da restrição externa (BIELSCHOWSKY, 2001).

Segundo Carneiro (2012), a estratégia social-desenvolvimentista tem quatro pilares: (i) melhoria da distribuição de renda; (ii) ampliação da infraestrutura econômica e social; (iii) reindustrialização via adensamento de cadeias produtivas; (iv) expansão baseado em recursos naturais. Para Carneiro (2012), a estratégia deveria promover (i) a superação da inconversibilidade monetária por meio da regulação da inserção externa da economia brasileira; (ii) a superação do atraso tecnológico por meio da implantação de setores de alta tecnologia em consonância com o surgimento de *global players*; (iii) melhorias de distribuição de renda por meio de políticas sociais redistributivas.

Em resumo: o social-desenvolvimentismo consiste na teoria que se elabora, *ex-post*, em relação à adoção das políticas econômicas que são adotadas durante os governos de Lula e Dilma, ou seja, trata-se de uma teoria que tem como base empírica a própria história recente da economia brasileira. Sendo assim, é natural que, dentro de seus eixos de análise, haja maior convergência para com o lulismo de Singer do que as demais correntes – a destacar a política de valorização de salário mínimo.

4.9. O PRIMEIRO TESTE DO LULISMO: ELEIÇÕES DE 2010

A presente seção tem como objetivo apresentar dados referentes às eleições para presidente em 2010 para diagnosticar se a hipótese do lulismo – realinhamento eleitoral de longo prazo – se mantém válida, ou seja, se o realinhamento eleitoral propugnado pelo lulismo se mantém enquanto um fenômeno social, político e econômico de longo prazo.

A vitória da candidata Dilma em 2010 confere a manutenção do lulismo em 2010. Isso se deve ao fato de não apenas repetir as proporções pela terceira vez seguida, como também devido ao repetir o voto regional e socialmente polarizado de 2006 (SINGER, 2012).

“Se compararmos as intenções de voto em Lula (2006) e em Dilma (2010) de acordo com a renda, verificaremos que ambos contaram com expressivo apoio entre aqueles cujas famílias auferiram até dois salários mínimos mensais” (SINGER, 2012:170).

No entanto, entre os membros da camada inferior da Classe C - entre aqueles que ganham de 2 a 5 salários mínimos - o comportamento foi distinto: nas eleições de 2006 este estrato de renda apresenta uma vantagem de nove pontos percentuais em para os candidatos da oposição à Lula; em 2010, o comportamento se manteve em relação à Dilma, ficando sete pontos percentuais abaixo de Serra e Marina somados (SINGER, 2012).

“Nos dois estratos de renda superiores de renda, a distância a favor da oposição tornava-se, então, gritante: acima de trinta pontos percentuais em 2006 e perto de vinte pontos percentuais em 2010” (SINGER, 2012: 170).

TABELA 8: INTENÇÃO DE VOTO POR RENDA FAMILIAR MENSAL NO 1º TURNO DE 2010

	Até 2 SM	+de 2 a 5 SM	+de 5 a 10 SM	+de 10 SM	Total
Dilma	53 %	43 %	37 %	31 %	47 %
Serra	26 %	31 %	34 %	38 %	29 %
Marina	12 %	19 %	22 %	23 %	16 %
Outros	*	*	*	*	1 %
BR/Nulos/ Nenhum	2 %	2 %	2 %	3 %	2 %
Não sabe	6 %	3 %	2 %	2 %	4 %
TOTAL	100 %	100 %	100 %	100 %	100%**

FONTE: DATAFOLHA, EM <WWW.DATAFOLHA.COM.BR>. PESQUISA COM AMOSTRA NACIONAL DE 20.960 ELEITORES EM 521 MUNICÍPIOS REALIZADA ENTRE 1 ° E 2 DE OUTUBRO DE 2010 APUD SINGER (2012: 171). * INFORMAÇÃO NÃO FORNECIDA PELO DATAFOLHA. ** PEQUENAS VARIAÇÕES NO TOTAL CORRESPONDEM AO ARREDONDAMENTO DAS PORCENTAGENS.

No segundo turno, em um extremo, o comportamento do eleitorado de baixíssima renda (até dois salários mínimos) permaneceu o mesmo em relação às duas últimas eleições, conferindo uma vantagem de cerca de 20 pontos percentuais à candidata da situação, Dilma Rousseff. Por outro lado, o eleitorado de maior renda (com renda familiar superior a dez

salários mínimos) conferia uma vantagem de 15 pontos percentuais à oposição em relação à Dilma (ver tabela 10).

TABELA 9: INTENÇÃO DE VOTO POR RENDA FAMILIAR NO 2º TURNO DE 2010

	Até 2 SM	+de 2 a 5 SM	+de 5 a 10 SM	+de 10 SM	Total
Dilma	56 %	49 %	45 %	39 %	51 %
Serra	36 %	43 %	48 %	54 %	41 %
BR/Nulo/Ind.	3 %	5 %	5 %	6 %	4 %
Não sabe	5 %	3 %	2 %	1 %	4 %
TOTAL	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %

FONTE: DATAFOLHA, EM <WWW.DATAFOLHA.COM.BR>. PESQUISA COM AMOSTRA NACIONAL DE 6554 ELEITORES REALIZADA ENTRE 29 E 30 DE OUTUBRO DE 2010 APUD SINGER (2010: 172)

Além de o realinhamento eleitoral estar vinculado a questões relativas à renda familiar, dadas as elevadas disparidades de renda regionais no país - o Norte pobre e o Centro-Sul rico - este realinhamento, como visto desde 2006, se mantém (ver tabela 10).

TABELA 10: VOTOS VÁLIDOS POR REGIÃO NO 2º TURNO DE 2010

	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Centro-Oeste
Dilma	46 %	52 %	71 %	57 %	49 %
Serra	54 %	48 %	29 %	43 %	51 %
TOTAL	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %

FONTE: TSE VIA FOLHA DE S. PAULO, 1 NOV. 2011, ESPECIAL ELEIÇÕES 2010, P. 12.

Para o cientista política Singer (2012), o que determinou a vitória de Dilma em 2010 foi a superioridade esmagadora de 40 pontos percentuais em relação ao seu opositor José Serra na região Nordeste. Para se ter uma ideia da importância desta região para a vitória do

Partido dos Trabalhadores, dos 12 milhões de votos que colocaram Dilma à frente de Serra, 11 milhões vieram desta região.

Portanto, as eleições conseguiram efetivar a transferência de votos de Lula a Dilma, além de dar continuidade a um modelo de desenvolvimento de manutenção da agenda de combate à pobreza sem confronto com a ordem (lulismo).

Em resumo: a eleição de Dilma Rousseff não manteve o lulismo simplesmente porque era a candidata da situação, mas sim porque herdou o perfil de eleitorado de Lula (2006). Um possível estudo a ser feito é agora com as eleições de 2014, apontando se houve a manutenção do lulismo durante a reeleição de Dilma.

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Ao contrário do se pode imaginar, a emergência do lulismo não impacta apenas na criação de peças publicitárias de partidos políticos (jamais condenar o Bolsa Família) ou uma análise restrita à comunidade acadêmica das quais pertençam apenas os cientistas políticos. As janelas abertas pelo lulismo transcendem as reflexões de um determinado nicho de pesquisa, na medida em que se trata de uma abordagem interdisciplinar (economia e política) e convida para o debate intelectuais e pensadores das diversas correntes teóricas, independente de suas preferências partidárias ou políticas.

Enquanto fenômeno sociológico de longo prazo – a manutenção da agenda política de combate à pobreza – pode trazer impactos nada subestimáveis também na economia, com a inclusão de milhões de brasileiros para a arena do consumo, promovendo um ciclo virtuoso à economia, com maior demanda. No entanto, essa mobilidade social é limitada, seja pela natureza concentradora e centralizadora do capital, seja pelo caráter de reformista fraco do lulismo.

5. O NOVO DESENVOLVIMENTISMO

O presente capítulo tem como objetivo analisar as propostas de política econômica vinda do novo-desenvolvimentismo, uma proposta de política econômica que emerge como negação às políticas econômicas tanto dos governos brasileiros da década de 1990 (Collor a FHC) quanto da política econômica do social-desenvolvimentismo implementada pelo governo Lula, especialmente a que se deu no segundo mandato.

A estratégia de desenvolvimento econômico tem como origens duas “escolas”: (i) grupo composto por professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (Escola carioca)³⁷ e (ii) grupo capitaneado pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP - FGV) com liderança do professor Bresser-Pereira (Escola Paulista) (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). A primeira seção aborda a escola carioca, ao passo que a segunda seção, a escola paulista.

5.1. UFRJ

Contrariados com a adoção de políticas econômicas conservadoras logo no início do primeiro mandato do governo Lula, um grupo de pesquisadores e economistas de filiação heterodoxa, em especial, de linhagem pós-keynesiana, começa a elaborar uma estratégia de desenvolvimento conhecida como novo-desenvolvimentismo, como resposta tanto ao antigo-desenvolvimentismo quanto ao monetarismo neoliberal ou à ortodoxia convencional.

De um lado, quanto ao nacional desenvolvimentismo, o grupo (SICSU, PAULA e MICHEL; 2005) aponta que o modelo de substituição de importações era baseado em um protecionismo generalizado e ampla intervenção estatal, tornando o Estado também empresário na medida em que atuava em setores como a infraestrutura e insumos básicos, por exemplo. Ao longo dos anos (1930-1989) se deu conta de que a forte intervenção do Estado fez com que a economia não absorvesse tecnologia e, portanto, tornando-a menos competitivas e produtivas.

³⁷ Além de professores da UFRJ, também participam professores da UERJ, UFRGS e UNB. O que os unem é o fato de ambos adotarem como instrumentos analíticos as abordagens keynesianas e pós-keynesianas (MATTEI, 2013).

Do outro lado, quanto ao monetarismo neoliberal, o Estado não deveria intervir na economia uma vez que isto poderia gerar distorções. Os produtores que mais vendem, por exemplo, iriam se tornando cada vez mais produtivos e eficientes removendo do mercado aqueles que seriam menos competitivos e isto, por sua vez, faria que acumulação de capital se concentrasse na mão de poucos empresários - concepção de mão invisível que o mercado por si só seria capaz de alocar de maneira eficiente os recursos financeiros na economia. Assim, os autores se manifestam contrários apenas à estabilidade monetária (controle de preços) preconizada pelos monetaristas, e se posicionam favoráveis à estabilidade macroeconômica - nesta forma de estabilidade caberia aos *policy makers* reduzir o grau de incerteza dos agentes investidores em relação à demanda futura.

Portanto, para contestar - ou contrabalancear - as duas teorias supracitadas, segundo Sicsu, Paula e Michel (2005), o novo-desenvolvimentismo tem como suas origens na (i) visão de Keynes e de pós-keynesianos³⁸ de complementaridade entre Estado e mercado e na (ii) visão cepalina neo-estruturalista, uma vez que a industrialização substitutiva de importações promovida nos países da América Latina não foi capaz de reduzir a desigualdade social, portanto, propõe-se, a partir do novo-desenvolvimentismo, uma estratégia de desenvolvimento com equidade social.

Sendo assim, as quatro teses defendidas pelo grupo de macroeconomistas da UFRJ:

- (1) não haverá mercado forte sem estado forte;
- (2) Não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento destas duas instituições (Estado e mercado) e sem implantação de políticas macroeconômicas adequadas;
- (3) mercado e Estado fortes somente serão construídos por um projeto nacional de desenvolvimento que compatibilize crescimento econômico com equidade social;
- (4) não é possível atingir o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas (SICSU, PAULA e MICHEL; 2005: xxxv).

Em resumo, tal estratégia de desenvolvimento volta a atribuir papel central ao Estado na condução da política econômica, assim como o velho desenvolvimentismo, no entanto o faz sem conferir ao Estado um *status* empresarial, tal como visto no velho-desenvolvimentismo. Os pesquisadores da UFRJ escreveram seus textos ainda no início do primeiro governo Lula e, portanto, por uma questão meramente cronológica, não tiveram a

³⁸ Em especial, na visão de Joseph Stiglitz e Paul Davidson.

possibilidade de exercer a crítica ao modelo de desenvolvimento concebido durante o governo Lula (social-desenvolvimentismo).

5.2. FGV

A presente seção tem como objetivo explicar por quais motivos países asiáticos alcançaram desempenho extraordinário quanto à atividade econômica, ao passo que países latino-americanos não conseguiram. Além disso, a primeira subseção tem como propósito estabelecer uma comparação entre o novo-desenvolvimentismo e o velho desenvolvimentismo; na segunda, uma comparação entre o novo-desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional e suas respectivas diferenças no que diz respeito à política econômica e às estratégias de desenvolvimento preconizadas por cada uma das escolas de pensamento econômico, ainda esta subseção tem como propósito discutir a tendência à taxa de câmbio à sobrevalorização (doença holandesa, ingresso internacional e populismo cambial).

Ainda que países asiáticos tenham conseguido obter impressionante desempenho econômico na década de 2000, um grande número de países emergentes continua a registrar taxas de crescimento econômico *per capita* inferiores àquelas aferidas pelos países ricos. As explicações são:

(i) Para o lado da ortodoxia convencional, a explicação do desempenho medíocre de determinados países de renda média³⁹ está ligada à ausência de boas instituições que possam garantir direito de propriedade e de contratos;

(ii) Já para o lado da teoria econômica da esquerda convencional, o desempenho dos mesmos países pode ser explicado devido à ausência de políticas industriais.

Segundo Bresser-Pereira (2009), ambas explicações são rejeitadas, tendo em vista que são outros os motivos que explicam o diferente grau de desempenho entre distintos subgrupos de países de renda média. O primeiro subgrupo alcança um desempenho econômica mediano devido a três fatores:

³⁹ Bresser-Pereira (2009) adota como país de renda média aqueles que já completaram suas revoluções industriais e podem contar com uma ampla classe de empresários e uma ampla classe média.

- (1) Político: carece de uma nação suficientemente forte para definir uma estratégia nacional de desenvolvimento e suas elites se limitam a seguir as recomendações dos países ricos (Consenso de Washington);
- (2) Macroeconômico: sua política macroeconômica não garante um orçamento equilibrado com taxas de juros moderadas e uma taxa de câmbio competitiva;
- (3) Política de Rendas: como nos países de renda média há uma oferta ilimitada da força de trabalho, então, os salários crescem a um ritmo mais lento se comparados com o ritmo de crescimento da produtividade, o que gera um problema crônico de demanda interna. Segundo Bresser-Pereira (2009), para “solucionar” este problema seria necessário fomentar a produção de bens e serviços de luxo, tendo em vista que haveria uma maior concentração de renda nas mãos classes médias e altas.

Além disso, Bresser-Pereira (2009) defende o ponto de vista segundo o qual os países asiáticos obtiveram um extraordinário desempenho econômico (*catching up*) porque adotaram uma estratégia de desenvolvimento novo-desenvolvimentista, ao passo que os países latino-americanos - a exemplo do próprio Brasil - alcançaram uma atuação medíocre devido à adoção de políticas neoliberais (ortodoxia convencional).

5.2.1. O antigo e o novo desenvolvimentismo

O novo-desenvolvimentismo⁴⁰ difere do antigo desenvolvimentismo porque dá maior importância à política macroeconômica do que à política industrial, ademais, enquanto que no antigo desenvolvimentismo se pressupõe um Estado-empresário que promova a poupança forçada, o novo-desenvolvimentismo exige apenas um Estado capaz e conta com a participação de empresários para alcançar o crescimento, portanto, há um maior equilíbrio na relação entre Estado e mercado no novo-desenvolvimentismo. Além disto, neste último há total rejeição ao modelo de crescimento ancorado em poupança externa, por meio da qual ocorre a sobrevalorização da moeda e esta, por sua vez, apresenta como consequência uma

⁴⁰ Para Bresser-Pereira (2009), o novo-desenvolvimentismo, ao contrário do postulado da ortodoxia convencional, era uma estratégia de desenvolvimento que vinha de dentro e não de fora (Consenso de Washington). Ademais, tal estratégia apenas poderia se tornar viável na medida em que houvesse um pacto de classes entre empresários do setor produtivo, funcionários públicos e profissionais de classe média fossem articulados em conjunto com o Estado.

taxa elevada de substituição da poupança interna pela poupança externa. A estratégia de desenvolvimento novo-desenvolvimentista propõe uma política macroeconômica baseada em austeridade fiscal, tendo em vista que os déficits públicos keynesianos são apenas temporariamente legítimos; taxa de juros moderadas, conforme rege a lei que instituiu o *Federal Reserve Bank* (o Banco Central dos Estados Unidos); e taxa de câmbio competitiva para garantir que indústrias de transformação locais tenham acesso ao mercado externo (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Sendo assim, o novo-desenvolvimentismo

é um “terceiro discurso” entre o antigo discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional; é um conjunto de ideias, instituições e políticas econômicas através das quais os países de renda média tentam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos. Como o antigo desenvolvimentismo, não é uma teoria econômica, mas uma estratégia; é uma estratégia nacional de desenvolvimento, baseada principalmente na teoria macroeconômica keynesiana, pela qual esses países poderão gradualmente alcançar as nações ricas (BRESSER-PEREIRA, 2009:86).

De outro lado, para o que o autor chama de “esquerda burocrática populista” (BRESSER-PEREIRA, 2009: 87) os males dos países em desenvolvimento vinham da globalização e do capital financeiro, o que onerava os países com alto endividamento externo e público. Como solução, a “esquerda burocrática populista” tem como objetivo defender a renegociação da dívida externa e pública do país. O segundo mal era a insuficiência de demanda, a qual poderia ser resolvida com o aumento dos gastos públicos, sendo este responsável por déficits públicos e crônicos. Por último, havia um problema relativo à distribuição de renda, o qual poderia ser contornado via valorização do salário mínimo, elevação dos ordenadores dos servidores públicos e cobertura do sistema brasileiro de seguridade social.

Para Bresser-Pereira (2009), o novo-desenvolvimentismo diverge do antigo desenvolvimentismo em dois aspectos: (i) fatos históricos novos mudaram o capitalismo mundial, passando de sua “idade de ouro” para “globalização” e (ii) países de renda média como o Brasil não são mais caracterizados por indústrias nascentes.

Do ponto de vista internacional, a principal mudança foi a de que o país passou da fase de idade de ouro (1945-75) - quando o Estado de bem-estar social foi criado e o keynesianismo dominava - para o capitalismo neoliberal da globalização, na qual as taxas de crescimento são mais reduzidas e há um maior acirramento entre os Estados-nação (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Do ponto de vista interno, a indústria àquela época se encontrava na sua fase infante; hoje está madura. Para Bresser-Pereira (2009), o modelo de substituição de importações foi eficaz entre as décadas de 1930 e 1960, no entanto, a crítica do autor reside na longa demora em o país começar a abrir seus mercados devido ao “pessimismo exportador”: para ele, o Brasil deveria começar a abrir sua economia já na década de 1970, porém, tal abertura apenas se dá a partir de 1990 de modo não planejado e às pressas.

QUADRO 3: COMPARAÇÃO ENTRE VELHO DESENVOLVIMENTISMO E NOVO-DESENVOLVIMENTISMO

Velho desenvolvimentismo	Novo-desenvolvimentismo
1. Industrialização orientada pelo Estado e baseada na substituição de importações.	1. Industrialização orientada para as exportações, combinada com consumo de massas no mercado interno.
2. Papel central do Estado em obter poupança forçada e realizar investimentos.	2. Cabe ao Estado criar oportunidades de investimento e reduzir a desigualdade econômica.
3. A política industrial é central.	3. Política industrial é subsidiária, mas estratégica.
4. Ambiguidade em relação aos déficits públicos e em conta corrente.	4. Rejeição aos dois déficits. Se o país tiver doença holandesa, deverá apresentar superávit fiscal e na conta corrente.
5. Relativa complacência em relação à inflação	5. Nenhuma complacência em relação à inflação.

FONTE: (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010: 679).

Para Bresser-Pereira (2009) o modelo exportador apresenta duas vantagens em comparação com o modelo de substituição de importações: (i) o mercado disponível para indústria não fica limitado apenas ao mercado interno e (ii) as autoridades econômicas conseguem melhor elaborar critérios de seleção para direcionar suas políticas industriais apenas para empresas consideravelmente eficientes; já no modelo de substituição de importações, as empresas ineficientes podem gozar do benefício da proteção.

Sob o ponto de vista da política fiscal, o novo-desenvolvimentismo refuta as noções equivocadas de crescimento com base em déficits públicos, os quais se tornaram populares na

América Latina na década de 1980. Segundo Bresser-Pereira (2009), o novo-desenvolvimentismo defende tal posicionamento não porque é um traço “ortodoxo”, mas sim porque o Estado precisa ser forte em termos financeiros e sua dívida deve ser moderada com prazos longos.

Por último, no antigo desenvolvimentismo o Estado provinha poupança forçada e fazia investimentos em indústria pesada e em infraestrutura. Já o novo-desenvolvimentismo, o Estado pode prover poupança forçada e investir em setores estratégicos, no entanto, como na atual conjuntura o setor privado nacional detém capacidade financeira suficiente para fazer o investimento necessário, não se faz mais necessária a participação do Estado-empresário aos moldes no velho-desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA; 2009).

5.2.2. O novo-desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional⁴¹

O novo-desenvolvimentismo defende um mercado forte e um Estado forte, ao passo que a ortodoxia convencional é a ideologia do mercado contra o Estado, almejando fortalecer o mercado e enfraquecer o Estado, como se as duas instituições fossem participantes de um jogo de soma zero.

Portanto, a ortodoxia convencional, ao ser a ideologia do Estado mínimo, dos poderosos e dos ricos, tem como um dos principais objetivos, para o mercado de trabalho, reduzir os salários reais para que, assim, torne as empresas mais competitivas em um mercado internacional de países em desenvolvimento de mão de obra barata. No que diz respeito à participação do Estado na economia, em especial quanto à oferta de serviços sociais (saúde e educação), a ortodoxia convencional convoca para o mercado a responsabilidade de fornecê-los, em detrimento do Estado (Bresser-Pereira, 2009).

De acordo com o novo-desenvolvimentismo, um governo será eficaz em termos econômicos se for capaz de promover o crescimento econômico e uma distribuição de renda mais igualitária de renda pela adoção de políticas econômicas e reformas institucionais que sejam orientadas [...] para o mercado, mas, muitas vezes, corrigindo-o; e m outras palavras, um governo eficaz aumenta a capacidade do

⁴¹ Para Bresser-Pereira (2009) há uma diferença substancial entre ortodoxia convencional e teoria econômica clássica: a primeira é abertamente ideológica e tem como seu epicentro a capital dos Estados Unidos (Washington), a sede do Departamento do tesouro dos Estados Unidos e das duas agências supostamente internacionais: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Bando Mundial. Portanto, a ortodoxia convencional tem no seu bojo um conjunto de políticas destinadas aos países em desenvolvimento; a segunda está baseada também nos Estados Unidos, no entanto, constitui teoria e é formulada pelas universidades daquele país.

Estado e a eficiência dos mercados no âmbito de uma estratégia nacional de desenvolvimento. De acordo com a ortodoxia convencional, as instituições devem limitar-se quase que exclusivamente a normas constitucionais ou quase-constitucionais (BRESSER-PEREIRA, 2009:98).

O novo-desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional compartilham da mesma concepção da necessidade de se fazer reformas institucionais, no entanto, de maneiras distintas. No que tange à questão da gestão pública, tanto o novo-desenvolvimentismo quanto a ortodoxia convencional apoiam sua reforma, no entanto, enquanto que o primeiro a defende para tornar os gastos mais eficientes, o último a defende como forma de reduzir a carga tributária. Como sinaliza Bresser-Pereira (2009), para o novo-desenvolvimentismo a redução da carga tributária pode até ser almejada, no entanto, é uma questão política, à qual se deve levar em conta o papel que as sociedades democráticas atribuem ao Estado.

Para o mercado de trabalho, ambas abordagens defendem a flexibilização das leis trabalhistas, todavia, o novo-desenvolvimentismo não confunde flexibilização com falta de proteção; já a abordagem ortodoxa defende a flexibilização tendo como objetivos o enfraquecimento da força de trabalho e redução dos níveis salariais (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Porém, como aponta o autor, outras reformas diferem quanto ao grau de sua implementação: o novo-desenvolvimentismo defende uma economia aberta e competitiva, porque vê a globalização como uma oportunidade para países de renda média, porém, rejeita veementemente a abertura unilateral, exigindo, portanto, reciprocidade dos parceiros comerciais. No que diz respeito à abertura de conta capital, a ortodoxia convencional é favorável à mesma, ao passo que o novo-desenvolvimentismo a refuta em razão da perda de controle da taxa de câmbio, uma variável central para o desenvolvimento econômico. Em suma, para o novo-desenvolvimentismo, a globalização comercial é uma boa oportunidade, enquanto que a globalização financeira torna-se um risco (BRESSER-PEREIRA, 2009).

De um lado, para a ortodoxia convencional, o receituário ortodoxo tinha como objetivo levar prosperidade entre os países de renda média, no entanto, possui em seu âmago o objetivo oculto de promover os interesses das nações ricas ao neutralizar a competitividade destes países. Segundo Bresser-Pereira (2009), na década de 1990 tal discurso proferia quatro coisas ao Brasil:

- 1) principal problema do país era a falta de reformas microeconômicas capazes de fazer com que o mercado funcione livremente;
- 2) ainda que tenha havido o controle da inflação em 1994, o principal objetivo da política econômica ainda era manter o controle de preços;

- 3) Para manter o controle de preços tornava-se necessário manter o nível de taxas de juros bem alto, em razão do risco soberano;
- 4) o desenvolvimento era tido como a capacidade que o país tinha para obter poupança externa e, portanto, tanto o déficit em conta corrente quanto a sobrevalorização do câmbio não podiam ser tidos como objetos de preocupação por parte dos *policy makers* brasileiros.

5.2.2.1. Políticas macroeconômicas

**QUADRO 4: COMPARAÇÃO ENTRE POLÍTICAS ECONÔMICAS
(NOVO-DESENVOLVIMENTISMO E ORTODOXIA CONVENCIONAL)**

Ortodoxia convencional	Novo-desenvolvimentismo
O superávit primário é o padrão fiscal central.	O déficit orçamentário e a poupança pública são os padrões fiscais centrais.
O Banco Central tem um único mandato: a inflação.	O Banco Central tem um triplo mandato: inflação, taxa de câmbio e emprego.
O Banco Central usa um único instrumento: a taxa de juros.	O Banco Central pode comprar reservas ou impor controles sobre o ingresso de capitais para controlar a taxa de juros.
A taxa de juros de curto prazo é endógena e deve ser alta.	A taxa de juros de curto prazo é exógena e pode ser moderada.
A taxa de câmbio é flutuante, endógena e tende ao equilíbrio.	A taxa de câmbio é flutuante, mas administrada, a fim de evitar a tendência da taxa de câmbio à sobrevalorização.

FONTE: (BRESSER-PEREIRA, 2009: 101).

Quanto às políticas macroeconômicas, ambas abordagens valorizam a estabilidade macroeconômica, porém, enquanto que a ortodoxia convencional restringe a estabilidade econômica à estabilidade de preços e ao controle da dívida pública, o novo-desenvolvimentismo advoga também uma taxa de juros moderada e uma taxa de câmbio

competitiva⁴². Para a ortodoxia convencional, o superávit primário é almejado para manter em patamares aceitáveis a relação dívida/PIB para os credores. Ainda sob o ponto de vista da ortodoxia convencional, ao Banco Central cabe apenas controlar a inflação e, para obter tal resultado, tem à sua disposição a taxa de juros. A política cambial, segundo a ortodoxia convencional, deve ser definida pelo mercado, adotando, portanto, uma taxa de câmbio flutuante (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Para o novo-desenvolvimentismo, o ajuste fiscal deve ter como parâmetro a adoção de déficit orçamentário aliado à poupança pública positiva. O Banco Central não deve se limitar exclusivamente ao controle de preços, mas também manter uma taxa de câmbio competitiva⁴³ (neutralizando a tendência à sobrevalorização da moeda) e almejar o pleno emprego (BRESSER-PEREIRA, 2009).

3.2.2.2. Estratégias de crescimento

A ortodoxia convencional apoia as reformas institucionais que reduzem o tamanho do Estado e fortalecem o mercado, portanto, ela atribui papel mínimo ao Estado em investimento e em política industrial. À nação não tem nenhum protagonismo nesta estratégia de crescimento, ao contrário no novo-desenvolvimentismo. Além disso, a ortodoxia convencional defende a abertura da conta capital para viabilizar a estratégia de crescimento por meio de poupança externa.

Devido à divergência de concepção do modo com o Estado deve interferir na economia, o novo-desenvolvimentismo defende tanto o fortalecimento do Estado quanto do mercado, portanto, acredita que a estratégia via poupança interna seja não somente possível como também necessária (BRESSER-PEREIRA, 2009).

⁴² Aos novos-desenvolvimentistas, as políticas monetária (taxa de juros) e cambial (câmbio) teria como objetivos, respectivamente, equilíbrio intertemporal das contas públicas (do Estado) e das contas externas (Estados-nação).

⁴³ Ainda que com flutuação, a taxa de câmbio pode ser administrada.

**QUADRO 5: COMPARAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO
(NOVO-DESENVOLVIMENTISMO E ORTODOXIA CONVENCIONAL)**

Ortodoxia Convencional	Novo-desenvolvimentismo
As reformas reduzem o Estado e fortalecem o mercado	As reformas fortalecem o Estado e o mercado
Não há papel econômico para nação	A nação define estratégia nacional de crescimento ou estratégia de competição internacional
As instituições governamentais devem apenas proteger os direitos de propriedade e os contratos	A estratégia nacional de crescimento é a instituição-chave do desenvolvimento
O Estado desempenha um papel mínimo no investimento e na política industrial	O Estado desempenha um papel moderado no investimento e na política industrial
O crescimento é financiado pela poupança externa	O crescimento é financiado pela poupança interna
As contas de capital são abertas e a taxa de câmbio não é administrada	Os ingressos de capital são controlados quando necessário para administrar a taxa de câmbio

FONTE: (BRESSER-PEREIRA, 2009:103).

5.2.3. A tendência da taxa de câmbio à sobrevalorização⁴⁴

Segundo Bresser-Pereira (2009), países asiáticos apresentaram um taxa de crescimento médio superior aos semelhantes latino-americanos em razão da adoção ao novo-desenvolvimentismo dos primeiros, enquanto os últimos adotaram a estratégia de crescimento ancorada na ortodoxia convencional (ver Tabela).

Segundo o professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas, “a taxa de câmbio é o preço macroeconômico mais estratégico, na medida em que influencia praticamente todos os agregados macroeconômicos”⁴⁵ (BRESSER-PEREIRA, 2009:110). Para ele, se perguntado

⁴⁴ Além da tendência da taxa de câmbio à sobrevalorização, outro impeditivo ao desenvolvimento econômico dos países de renda média reside na estrutura do mercado de trabalho, segundo o qual haveria uma oferta ilimitada de mão de obra, o que leva o ritmo de crescimento dos salários reais ser menor do que o ganho de produtividade. Tal cenário implicaria em uma redução da demanda do mercado interno.

⁴⁵ Além de influenciar as exportações e as importações, a taxa de câmbio também influencia o salário, o consumo, o investimento e a poupança.

qual seria o “segredo” do extraordinário desempenho das economias asiáticas, a resposta seria a adoção de uma política econômica de crescimento ancorada em poupança interna baseada em uma taxa de câmbio competitiva.

Porém, todos os países de renda média - tanto os asiáticos dinâmicos quanto os latino-americanos - apresentam em suas economias uma tendência à sobrevalorização do câmbio, no entanto, enquanto que estes não conseguiram promover a neutralização da tendência, aqueles conseguiram.

Segundo Bresser-Pereira (2009), existem duas causas estruturais a explicar tal tendência nos países de renda média, independentemente das condições nas quais se encontram as economias nestes países: a doença holandesa e o ingresso de capital internacional, sendo esta última “turbinada” por três políticas, sendo duas recomendadas pela ortodoxia convencional - política de crescimento com poupança externa e o “aprofundamento do capital” - e o terceira é relacionada ao populismo cambial, típica dos países em desenvolvimento.

QUADRO 6: CRESCIMENTO DA RENDA MÉDIA PER CAPITA NOS PAÍSES ASIÁTICOS DINÂMICOS E NOS PRINCIPAIS LATINO-AMERICANOS: 1990-2005

Asiáticos dinâmicos	 Crescimento anual	 Latino-americanos	 Crescimento anual
China	11,2	Argentina	4,3
Coreia	7,4	Bolívia	3,4
Índia	6,2	Brasil	2,9
Indonésia	5,5	Chile	6,5
Malásia	6,1	Colômbia	3,5
Tailândia	6,4	Guatemala	2,8
Taiwan	7,0	México	3,9
Vietnã	8,1	Peru	4,2
Taxa média	7,2	Taxa média	3,9

FONTE: FMI, WORLD ECONOMIC OUTLOOK APUD BRESSER-PEREIRA (2009:107).

5.2.3.1. Doença holandesa

De acordo com Bresser-Pereira (2009), a doença holandesa foi identificada primeiramente na década de 1960 nos países baixos, onde a descoberta e exportação de gás natural apreciou a taxa de câmbio e ameaçou destruir toda a indústria manufatureira do país.

A doença holandesa é uma falha de mercado resultante da existência tanto de recursos naturais quanto de mão-de-obra baratos e abundantes, ambos usados para exportações de *commodities* cujas exportações são compatíveis com uma taxa de câmbio mais valorizada do que seria necessário para tornar competitivos os outros setores de bens comercializáveis, em especial, aqueles que se apresentam grau maior de coeficiente tecnológico (manufaturas). Os recursos são baratos porque os preços correspondentes são menores do que aqueles que predominam no mercado internacional, gerando, portanto, as rendas ricardianas (BRESSER-PEREIRA, 2009), se ainda por cima, os setores intensivos em bens naturais forem fortemente mecanizados e contarem com tecnologia avançada para a produção agrícola (maior produtividade), como acontece com o agronegócio brasileiro, a doença holandesa se agrava, devido a um maior diferencial entre os preços praticados aqui e “lá fora” (preços internacionais) (BRESSER-PEREIRA, 2005).

Portanto, países que são abundantes em recursos naturais apresentam dois tipos de taxas de câmbio: (i) a taxa de câmbio de equilíbrio corrente, a qual é responsável por equilibrar intertemporalmente a taxa de câmbio e (ii) a taxa de câmbio de equilíbrio industrial, a qual tornaria economia viável aos setores mais dinâmicos da economia. Segundo Bresser-Pereira (2009), quanto maior a diferença entre as duas taxas, maior seria o agravamento da doença holandesa, de tal maneira que, à medida que a moeda nacional se aprecia, a taxa de câmbio sai do equilíbrio industrial e caminha em direção à taxa de câmbio de equilíbrio corrente, havendo, portanto, uma piora do quadro de política cambial, tendo em vista que a taxa de equilíbrio industrial é a preferida em relação taxa de equilíbrio corrente, sob o ponto de vista da doença holandesa (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Como sinaliza Gala (2006), o setor de recursos naturais ocupa o espaço da produção agrícola e de manufaturados em um processo de *crowding out*, deslocando, portando, capital e trabalho para os setores menos dinâmicos da economia, ao passo que a indústria do país volta seu foco apenas para o mercado interno em razão da apreciação cambial e isto, por sua vez, reduz a eficiência da indústria em decorrência de sua menor exposição à concorrência internacional.

Para explicar o modelo de doença holandesa, Bresser-Pereira (2009) adota também a concepção de taxa de câmbio nominal e taxa de câmbio “efetiva-efetiva”⁴⁶.

Considerando que E_c seja taxa de câmbio de equilíbrio corrente e que E_i seja a taxa de câmbio de equilíbrio industrial, um país sem doença holandesa apresenta a seguinte situação:

$$E_c = E_i$$

Agora, em uma situação na qual o país apresenta doença holandesa, a taxa de câmbio de equilíbrio corrente será mais apreciada se comparado à taxa de equilíbrio industrial. Configurando, assim, tal situação:

$$E_c < E_i$$

A taxa de câmbio de equilíbrio corrente em um país afetado pela doença holandesa é determinada pelo custo marginal em moeda nacional do bem que lhe dá origem (custo marginal é aqui entendido como o custo dos produtores menos eficientes que conseguem exportar). Esse custo é igual ao preço em moeda nacional que todos os produtores, inclusive o produtor marginal ou o produtor menos eficiente que consegue exportar, aceitam para conseguir exportar. Quando ocorre a doença holandesa, esse preço é substancialmente menor do que o “preço necessário”, ou seja, o preço que torna economicamente lucrativa a produção de outros bens comercializáveis usando tecnologia de ponta (BRESSER-PEREIRA, 2009: 148).

Portanto, segundo Bresser-Pereira (2009), a taxa de câmbio converge para uma taxa de câmbio cujo nível seja compatível com a rentabilidade da *commodity* exportada - tendo em vista sua importância na pauta de exportações - e não para um nível que favoreça a exportação de bens de tecnologia de ponta.

Deste modo, a doença holandesa afeta todos os países que são abundantes em recursos naturais, diferenciando-os apenas em grau e intensidade. Posto em outras palavras: a intensidade da doença holandesa aumenta conforme se distancia a produtividade do produto em relação ao seu preço necessário.

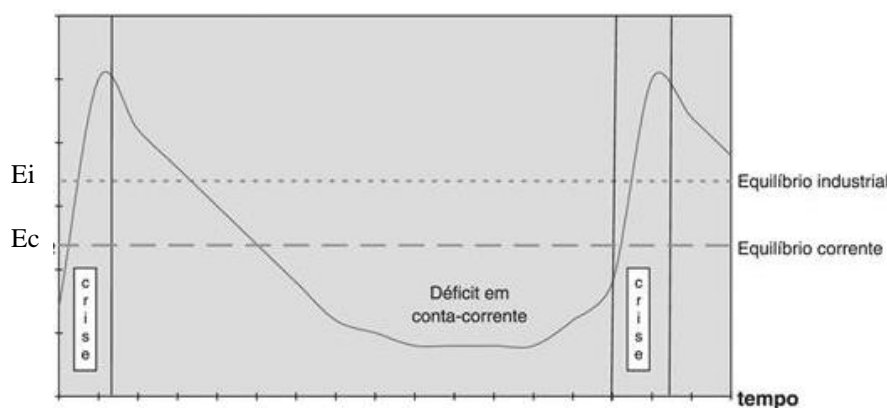
Ao observar a Quadro 7 (p. 86) a seguir, a taxa de câmbio é definida como preço em moeda nacional da moeda estrangeira ou cesta de moedas, de tal modo que, quanto mais baixa

⁴⁶ Esta taxa de câmbio pode ser entendida não apenas como cesta de moedas no lugar de uma moeda forte ou moeda reserva para calculá-la,[...], mas também como a taxa média de câmbio que resulta do fato de se levarem em conta os impostos de importação e subsídios à exportação a que os bens estão sujeitos” (BRESSER-PEREIRA, 2009: 147).

for a curva da taxa de câmbio, mais valorizada será a taxa de câmbio. Considerando que E_i e E_c são, respectivamente, taxas de câmbio de equilíbrios industrial e corrente

Se tomarmos como ponto de partida uma crise financeira e a correspondente desvalorização rápida e acentuada da moeda local (um crescimento quase vertical da taxa de câmbio na figura), virá a seguir um processo gradual de apreciação da taxa de câmbio [...]. No processo de sobrevalorização, a taxa de câmbio, sob pressão da doença holandesa, primeiro cruza a linha horizontal que representa a taxa de câmbio de desequilíbrio industrial (E_i), continua a valorizar (ou seja, a cair no quadro 7) e cruza a linha horizontal que representa a taxa de câmbio de equilíbrio corrente (E_c). A partir desse ponto, a doença holandesa deixa de pressionar para baixo a taxa de câmbio, mas sua valorização continua e o país entra na área do déficit em conta corrente sob pressão da política de crescimento com poupança externa e do populismo cambial (BRESSER-PEREIRA, 2009:70).

QUADRO 7: TENDÊNCIA DA TAXA DE CÂMBIO À SOBREVALORIZAÇÃO



FONTE: (BRESSER-PEREIRA, 2009: 137).

5.2.3.2. Ingresso de capital internacional

A partir do momento em que a taxa de câmbio atinge o equilíbrio corrente, existe outro fator à sobrevalorização da taxa de câmbio que pressiona para baixo quando a taxa de câmbio chega neste patamar: o ingresso de capital via taxa de juros (BRESSER-PEREIRA, 2009).

“A taxa de câmbio se valoriza gradualmente à medida que os ingressos de capital financiam o déficit em conta corrente e aumentam a dívida externa. Se estes ingressos não forem sustados [...] levarão a crise de balanço de pagamentos” (BRESSER-PEREIRA, 2009: 134).

Segundo Bresser-Pereira (2009), a poupança externa que deveria ser canalizada para o investimento acaba indo para o consumo - promovendo uma alta taxa de substituição da poupança interna para a externa. Para o economista, países que adotam tal estratégia passam por três etapas: (i) substituição para poupança externa, (ii) fragilidade financeira externa e (iii) crise de balanço de pagamentos.

Sendo assim, o termo “aprofundamento de capital” significa a estratégia adotada em uma política monetária restritiva (altas taxas de juros) para promover fluxo de capital.

5.2.3.3. Populismo Cambial

De acordo com Bresser-Pereira (2009), existem diversos tipos de populismo dentro da economia política: (i) populismo político quando os líderes tem uma conectividade direta com o povo, sem intermediação de partidos políticos e ideologias; (ii) populismo econômico significa gastar mais do que ganha; (iii) populismo fiscal, quando o Estado gasta mais do que arrecada, incorrendo em déficits orçamentários crônicos e (iv) populismo cambial, quando o Estado-Nação gasta mais do que recebe, e se se torna deficitário em conta corrente.

Para o economista, uma taxa de câmbio apreciada traz maiores dividendos políticos aos governantes do que se comparado com os dividendos políticos promovidos por uma taxa de câmbio competitiva, a saber:

- 1) os ricos, que medem sua riqueza em dólares, veem-na crescer à medida que se aprecia a moeda;
- 2) a classe média amplia a fatia de sua cesta de consumo vinculada a bens importados;
- 3) pobres também percebem que os produtos importados que adquirem se tornam mais baratos;
- 4) os ministros são favoráveis à apreciação cambial porque agrada o eleitorado;
- 5) *policy makers* podem dizer que, graças à valorização cambial, o salário da população aumentou.

Sendo assim, a ortodoxia convencional, ainda que não seja favorável ao populismo fiscal, é extremamente simpatizante com o populismo cambial porque tal proposta é condizente com sua proposta de crescimento baseada em poupança externa.

Em resumo: o novo-desenvolvimentismo da “escola paulista” apresenta um material teórico muito mais amplo do que aquele vista pela “escola carioca”. Por se tratar apenas de

um sistema teórico que não encontrou adesão por nenhum governo ou candidato, então, as propostas feitas ainda não foram verificadas empiricamente, podendo ser questionado se realmente a adoção de uma taxa de câmbio mais competitiva poderia promover desenvolvimento econômico, a exemplo do que ocorrera com os países asiáticos.

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Tanto a abordagem da “escola paulista” quanto a “escola carioca” podem ser vistas como complementares, na medida em que seus objetivos não nenhuma contrariedade de política econômica. Ao contrário do social-desenvolvimentismo, o qual se vê praticado pela equipe econômica durante os governos Lula e Dilma, o novo-desenvolvimentismo não encontra respaldo empírico e tampouco candidatos à presidência defendendo seu postulado, certamente devido ao populismo cambial.

6. CONCLUSÃO

De um lado, o lulismo tem como sua principal base eleitoral pessoas que detém renda familiar de até dois salários mínimos (pessoas de baixíssima renda) – o chamado subproletariado de Singer (2012), os quais se concentram nas regiões Norte e Nordeste.

Por outro lado, o novo-desenvolvimentismo defende que o equilíbrio de câmbio corrente se converta para um equilíbrio de câmbio industrial, o que implicaria em uma desvalorização cambial, dado o diferencial entre os equilíbrios cambiais mencionados.

Portanto, abdicar-se daquilo que Bresser-Pereira (2009) chama de “populismo cambial” poderia afetar diretamente o realinhamento eleitoral, tanto em um estrato de renda (subproletariado) quanto em outro (classe média).

Quanto ao subproletariado, tal fração de classe apresenta maior sensibilidade econômica em relação à oscilação do nível de preços porque dentro de seus orçamentos familiares a parte destinada ao consumo de alimentos é proporcionalmente maior se comparada à mesma parte de orçamentos de famílias de estratos de renda mais elevados, isto é, enquanto que os subproletários de Singer gastam, por exemplo, mais de 60 ou 70 % de sua renda com alimentação, pessoas que compõem a classe média destinam menos do que metade de seus orçamentos familiares ao mesmo tipo de consumo. Sendo assim, quando há estiagens, mudanças climáticas, por exemplo, isto impacta negativamente na oferta de alimentos (choque de oferta), o que pode levar a uma subida do nível de preços deste determinado bem. Dada a composição de gastos de famílias de baixíssima renda, tal fração de classe se torna mais vulnerável à oscilação de preços.

Isto não quer dizer que pessoas de classe média não sejam sensíveis à oscilação do nível de preços. Tal classe social pode ser até mais sensível eleitoralmente ao choque do nível de preços porque apresenta, além do aspecto econômico (maior exposição ao consumo de bens importados), outra correia de transmissão pela qual reverbera os efeitos negativos de uma suposta desvalorização cambial: o aspecto ideológico. Como aponta Souza (2012), a classe média se diferencia da classe trabalhadora, na medida em que aquela detém acesso aos capitais social e cultural e a classe trabalhadora não os tem, ou, se os possuir, os terá de modo bastante limitado. Isto quer dizer que a classe média, como apresenta maior exposição aos meios de comunicação em massa (acesso ao capital cultural), isto pode torná-la ainda menos tolerante às políticas econômicas realizadas pelo governo, ainda que esta não seja a classe social que mais sofra economicamente as consequências inflacionárias de uma eventual

desvalorização cambial. Já a classe trabalhadora, dada sua menor exposição à mídia, tem como único ou principal meio sensível à variação do nível de preços o seu “próprio bolso”, isto, o canal de transmissão de “descontentamento eleitoral” para a condução à taxa de câmbio competitiva se dá apenas pelo viés econômico.

Assim, como visto na monografia, populismo cambial atende aos interesses da tradicional classe média, na medida em que torna mais acessível produtos importados de maior coeficiente tecnológico, a exemplo dos bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, celulares, videogames, etc.). Neste sentido, uma desvalorização cambial poderia, além de ameaçar a base lulista (subproletariado), na medida em que tal política cambial põe em risco o já baixo poder de consumo de tais famílias, poderia também fazer perder votos de setores de classe média (universitários, burocracia, etc.) que ainda tem uma inclinação maior à esquerda na hora de decidir o voto.

Bresser-Pereira (2009) defende uma taxa de câmbio competitiva para o novo-desenvolvimentismo, o que poderia tornar produtos de tecnologia de ponta ser produzidos no Brasil serem vendidos ao exterior, promovendo o que alguns economistas chamam de especialização progressiva.

Adotando a premissa de que a adoção de taxa de câmbio competitiva venha a recuperar fatia do setor secundário da economia na parcela do PIB – reduzindo ou freando o efeito de desindustrialização – a questão é que a dinamização da indústria não atende aos interesses da base lulista.

Enquanto que a base lulista se concentra nas regiões Norte e Nordeste, a malha industrial se concentra nas regiões do Centro Sul. Portanto, a adoção de uma taxa de câmbio competitiva, além de afetar diretamente os interesses dos subproletários – dada a sua supracitada maior vulnerabilidade à inflação – os eventuais impactos positivos⁴⁷ como maior geração de emprego nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, à economia não seriam usufruídos por aqueles que votaram em massa em Lula em 2006. Portanto, a hipótese sustentada é que uma desvalorização cambial poderia promover uma transferência de salários e lucros inter-regional e regressiva entre o Norte e Nordeste pobres e o Centro-Sul rico, além de reduzir substancialmente o capital político do partido da situação, podendo aniquilar os ganhos reais de renda que o tripé de sustentação do lulismo (PBF, valorização do salário

⁴⁷ Maior geração de empregos na indústria, setor que remunera melhor os trabalhadores em relação tanto à agricultura quanto ao setor de comércio e prestação de serviços.

mínimo e crédito consignado) conseguiu proporcionar a esta fração de classe de baixíssima renda antes da reeleição de Lula em 2006.

Em comparação com o novo-desenvolvimentismo, o social desenvolvimentismo defende maior intervenção do Estado na economia, enquanto que o novo-desenvolvimentismo, uma correlação de forças mais equilibrada entre um e outro.

Sob a ótica do mercado de trabalho, o novo-desenvolvimentismo defende que a oferta ilimitada de mão-de-obra faria com que o ritmo de crescimento dos salários fosse menor que o ritmo de crescimento da produtividade, o que reduziria a capacidade de o mercado interno se fortalecer. Entretanto, tal hipótese, vista à lupa da atualidade, não se mantém, porque a taxa de desemprego aferida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta uma taxa de desemprego em torno de 5 % na economia brasileira nos últimos meses, o que é considerado por economistas como uma “taxa de pleno emprego”. A política de valorização do salário mínimo foi tão efetiva, ao ponto de os salários crescerem acima da produtividade, o que, segundo Bresser-Pereira (2009) pode se desdobrar em um crise de balanço de pagamentos.

Ainda sobre o novo-desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo, no que diz respeito à exploração de recursos naturais, o social-desenvolvimentismo defende a exploração de recursos naturais, inclusive com formação de *global players* no processo, ou seja, por meio de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) há formação grandes empresas transnacionais através de fusões do setor primário para competir no mercado internacional (*BRFoods*, JBS, etc.). Isto significa que haveria uma maior utilização de tecnologia no campo, elevando a produtividade do setor e barateando os seus custos. Tal política econômica, sob a ótica do novo-desenvolvimentismo, intensificaria ainda mais a doença holandesa porque a redução dos custos com maior mecanização no setor primário faria com que a taxa de câmbio obtivesse uma margem ainda maior de sobrevalorização promovendo, portanto, um maior diferencial entre as taxas de câmbio competitiva e corrente. Neste cenário, haveria maiores dificuldades para promover o desenvolvimento econômico de países de renda média, sob a ótica dos novo-desenvolvimentistas.

Um ponto negativo do novo-desenvolvimentismo é que este não aponta estratégias de política de desenvolvimento social relacionada especialmente à distribuição de renda, ao contrário do social-desenvolvimentismo. Bastos (2012) chega a afirmar que isto se deve ao fato de que os postuladores do novo-desenvolvimentismo, a exemplo de Bresser, são fundadores do Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB) e, por uma questão

ideológica, defenderia uma política econômica que atenderia aos interesses dos empresários exportadores, em detrimento da classe trabalhadora.

No que diz respeito ao quadro comparativo entre lulismo e ortodoxia convencional, o que se percebe é que, desde a eleição de Lula, nenhum candidato da oposição defendeu o legado de Fernando Henrique Cardoso. A imagem de Fernando Henrique, em especial a do segundo mandato vinculado às altas taxas de desemprego, serve como material do partido da situação (Partido dos Trabalhadores) para se manter no poder com peças publicitárias que gerem uma imagem fortemente negativa do período FHC e, assim, reduzem-se as chances de haver alternância de poder dentro da agenda nacional (combate pobreza) .

Como já visto, a ortodoxia convencional defende a flexibilização dos direitos trabalhista visando a redução dos salários reais. Dado que foi justamente a valorização do salário mínimo um dos fatores que promoveu o fortalecimento do lulismo, posto isto, muito dificilmente a ortodoxia convencional teria condições para manter os interesses da base lulista se for eleita, já que defenderia um postulado oposto àquele advogado pelo social-desenvolvimentismo (fortalecimento dos salários). Além disso, cabe ressaltar que nenhum candidato à presidência pode se dar ao direito de aniquilar ou reduzir as transferências de renda às famílias em vulnerabilidade social e econômica (Programa Bolsa Família) sob a penalidade de decretar seu “suicídio político”. Sendo o *New Deal* brasileiro deve se manter enquanto agenda política de combate à pobreza a longo prazo.

Ainda sobre o Bolsa Família, comparando as distintas abordagens aqui feitas, o social-desenvolvimentismo (lulismo) defende a universalização destes, ao passo que a ortodoxia convencional presume que cabe ao mercado resolver os problemas relativos à distribuição de renda, cabendo ao governo apenas elaborar programas focalizados de combate à pobreza, e não universais.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BARBOSA, Nelson; SOUZA, José Antonio Pereira de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (Org.). **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010. p. 57-110.

BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, v. 21, Número Especial, Campinas, 2012.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latinoamericanos**. São Paulo. PEDEX. Ed. 2. 1994.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA; Inpes, 1988.

_____. **Anotações sobre a estratégia de crescimento pelo mercado interno de consumo popular e o programa do PT para 2003-2006**. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2001.

_____. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial. Campinas, 2012.

BENJAMIN, César; ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Brasil: reinventar o futuro**. Rio de Janeiro: Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro, 1995.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. A maldição dos recursos naturais. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 06 jun. 2005. Dinheiro, p. 2-2. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/06/06/73>>. Acesso em: 08 set. 2014.

_____. **Globalização e Competição: Por que alguns países emergentes têm sucesso e outro não**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 229 p.

_____; GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 4 (120), pp. 663-686, out-dez/2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n4/v30n4a07.pdf>>. Acesso em 20 de jun. 2014.

CARNEIRO, Ricardo. Novos e velhos desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade**. v. 21, n. 3 (46). Campinas, dez. 2012.

CARRERÃO, Yah de Souza. **Evolução das opiniões do eleitorado durante o governo Lula e as eleições presidenciais brasileiras de 2006**. 2007. Disponível em <www.waporcolonia.com>. Acesso em: 09/09/2014.

CASTRO, L. B. de. Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade dos Anos 90. In: GIAMBIAGI, Fabio et al (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Cap. 6. p. 141-165.

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro, FLACSO, 2013. p. 123-134. Disponível em: <http://www.flacso.org.br/dez_anos_governos_pos_neoliberais/archivos/10_ANOS_GOVERNOS.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2014.

COIMBRA, Marcos. Quatro razões para a vitória de Lula. **Cadernos Fórum Nacional** (Instituto Nacional de Altos Estudos), Rio de Janeiro, n. 6, p.5-13, fev. 2007.

DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas, n. 4, nov. 2004. Mensal. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/desafios004_completa.pdf>. Acesso em: 02 out. 2014.

FILGUEIRAS, Luiz A. M.. **História do plano real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo, 2000. 231 p.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. O Processo de Substituição de Importações. In: MARQUES, Rosa Maria; REGO, José Márcio (Org.). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003. Cap. 11. p. 249-274. Digitado por Jaciara Irazoqui. Disponível em: <<http://www8.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/capitulo11.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2014.

GALA, Paulo. **Política Cambial e Macroeconomia do Desenvolvimento**. 165 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

GIAMBIAGI, Fabio. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, Fabio, et al. (org.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. São Paulo: Elsevier, 2005. Capítulo 7. p. 166-195

GIL, A.C. Como Classificar as Pesquisas? In: _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p. Capítulo 4. p. 25-43

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2^a ed. 26^a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Título Original: Age of Extremes: the short twentieth century: 1914-1991. trad. Marcos Santarrita. rev. Técnica: Maria Célia Paoli.

HUNTER, Wendy; POWER, Timonthy J.. Recompensando Lula: Poder executivo, política social e as eleições brasileiras de 2006. In: MELO, C. R.; SÁEZ, M. A.. **A democracia brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 488p. (Humanitas).

KRUGMAN, Paul. **A Consciência de um Liberal**. São Paulo: Record, 2010. 364 p

LIBÂNIO, Gilberto. O crescimento da China e o seu impacto sobre a economia mineira. **Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 13, n. 4, p.103-110, abril-junho 2008. Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/13_Capa/Gilberto_Libanio.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

LOUREIRO, André Oliveira Ferreira; SURIANO, Daniel Cirilo. **Nota Técnica 38: As Principais Linhas de Pobreza Utilizadas no Brasil**. Ceará: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2009. 10 p.

MATTEI, Lauro. Gênese e agenda do novo-desenvolvimentismo brasileiro. **Revista de economia política**. vol. 33, n. 1 (130), pp. 41-59, jan.-mar, 2013

MENDES, A. M. T.; VENTURI, G.. Eleição Presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. **Opinião Pública**, Campinas, v. 2, n. 2, p.43-45, dez. 1994.

MODENESI, André de Melo. **Regimes Monetários: teoria e a experiência do real**. Barueri: Manole, 2005. 438 p.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 4 (124), pp. 507-527, out-dez/2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n4/01.pdf>>. Acesso em 15 de jun. 2014

NAKATANI, Paulo; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Política Econômica Brasileira de Collor a Lula: 1990-2007. In: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (org.). **O Brasil sob a Nova Ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010. Cap. 2. p. 21-50.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2010. 121 p. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATADA.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2014.

NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. As bases municipais de votação de Lula em 2006. **Cadernos Fórum Nacional** (Instituto Nacional de Altos Estudos), Rio de Janeiro, n. 6., fev. 2007.

HOLZHACKER, Denilde Oliveira; BALBACHEVSKY, Elizabeth. Classe ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p.283-306, nov. 2007. Mensal. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v13n2/a03v13n2.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

IPEA. Renda: desigualdade e coeficiente de Gini. 2013. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PRATES, Daniela Magalhães. A alta recente dos preços das commodities. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 3, p.323-344, julho-setembro 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v27n3/v27n3a01.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2014.

RODRIG, Dani. **Has Globalization Gone Too Far?** Washington, D.C: Institute For International Economics, 1997.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999. 650 p.

SICSÚ, J., PAULA, L. F. de; e MICHEL, R. Introdução. , in:_____ **Novo-Desenvolvimentismo: um Projeto Nacional de Crescimentos com Equidade Social**. Barueri-SP: Manole e Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade: Estrutura de classe e repartição da renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SINGER, André. Collor na periferia: a volta por cima do populismo? In: LAMOUNIER, B. (Org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré, 1990a. p. 137.

_____ (Org.). **Sem medo de ser feliz: cenas da campanha**. São Paulo: Scritta, 1990b

_____. **Ideologia e voto no segundo turno da eleição presidencial de 1989**.. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Políticas, Departamento de Ciências Políticas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 85, p.83-102, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n85/n85a04.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2014

_____. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1ª ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Nilson Araújo. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2ªed. São Paulo: Atlas, 2008. 356p.

SOUZA, Jobson Monteiro de. **Economia Brasileira**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. 283 p.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolívar. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Campus, 2009. 192 p.

SOUZA, Jessé de. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 404 p.

STIGLITZ, Joseph E.. **Globalização: como dar certo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 523 p. Tradução Pedro Maira Soares. Título Original: Making Globalization Work.

THERBORN, Göran. **Inequities of the world**. Londres: Verso, 2006.